Revista do Conselho Federal de Economia – COFECON

Ano VI – Nº 16 – Abril de 2015

ECONOMISTAS

Ajuste Fiscal

Raul Velloso e Clemente Ganz discutem as medidas do governo para chegar ao superávit primário de 1,2% do PIB

Inscrições abertas
para o Congresso Brasileiro de Economia

Sérgio Gobetti
apresenta a radiografia das finanças públicas

Ricardo Amorim
analisa a crise econômica

www.cofecon.org.br

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

EXPEDIENTE

PRESIDENTE
Paulo Dantas da Costa

VICE-PRESIDENTE
Júlio Miragaya

CONSELHEIROS EFETIVOS
Paulo Dantas da Costa
Júlio Miragaya
Antonio Melki Júnior
Celina Martins Ramalho
Eduardo José Monteiro da Costa
Erivaldo Lopes do Vale
Fábio José Ferreira da Silva
Francisco Assunção e Silva
Jin Whan Oh
João Manoel Gonçalves Barbosa
José Luiz Amaral Machado
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Nelson Pamplona da Rosa
Odisnei Antônio Béga
Paulo Hermance Paiva
Paulo Salvatore Ponzini
Róridan Penido Duarte
Sebastião Demuner

CONSELHEIROS SUPLENTES
Airton Soares Costa
Carlos Alberto Safatle
Dilma Ribeiro de Sousa Pinheiro
Edson Nogueira Fernandes Júnior
Fernando da Silva Ramos Filho
José Antonio Lutterbach Soares
José Emílio Zambom da Silva
Lourival Batista de Oliveira Júnior
Marcelo Martinovich dos Santos
Maria de Fátima Miranda
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Brasil Corrêa de Mello
Regina Lúcia Gadioli dos Santos
Valery Maineri König
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves
Virgílio Pacheco de Araújo Neto

COMITÊ EDITORIAL
Paulo Dantas da Costa
Júlio Miragaya
Jin Whan Oh

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
Jin Whan Oh (Coordenador)
Celina Martins Ramalho
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Júlio Miragaya
Maria de Fátima Miranda

JORNALISTA
Manoel Castanho (MTb – 7014 – DF)

ASSESSORA DE IMPRENSA
Natália Kenupp (MTb – 8861 – DF)

ESTAGIÁRIO
Júlio Poloni

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Área Comunicação

IMPRESSÃO
Gráfica São Jorge

TIRAGEM
10.000 exemplares

SUMÁRIO

NOTA OFICIAL SOBRE O AJUSTE FISCAL
Crescimento econômico do Brasil deve ser imediatamente retomado.....5

REPORTAGEM
Ajuste fiscal em pauta.....7

ENTREVISTAS COM ECONOMISTAS SOBRE O AJUSTE FISCAL. **O AJUSTE FISCAL E O MERCADO DE TRABALHO**
Economistas do Dieese.....12

A INEVITABILIDADE DO NOVO AJUSTE FISCAL
Raul Velloso.....17

ARTIGO: RICARDO AMORIM
#RuimPraQuem?.....24

ARTIGO: SÉRGIO GOBETTI
Radiografia das finanças públicas: menos ideologia e mais atenção aos dados.....28

XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA
Curitiba recebe XXI CBE de 9 a 11 de setembro.....32

NOVOS LIVROS
Glória Incerta: A Índia e suas contradições.....38
The Institutionalist Movement in American Economics, 1918 – 1947.....40

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

PAULO DANTAS DA COSTA
PRESIDENTE

EDITORIAL

Esta edição da revista ECONOMISTAS aborda a atual questão do ajuste fiscal para o equilíbrio das contas públicas, tema que integra o mundo das atividades de atuação específica do profissional economista, considerando que a análise técnica desse instrumento de política econômica toca inevitavelmente na questão do orçamento público, notadamente no que diz respeito à sua elaboração e à análise de seus impactos sobre a atividade econômica.

A visão liberal, muito em voga no século XIX e começo do século XX, segundo a qual as finanças públicas são neutras e que a despesa pública é desnecessária, é algo que pertence mesmo ao passado. O Estado passou a ter um papel diferenciado, não apenas por conta de bases acadêmicas de raízes keynesianas, mas também porque as sociedades adotaram Estados com novas funções. O Estado de bem-estar-social passou a prevalecer em boa parte dos países, com mais marcantes e exitosas experiências entre os escandinavos.

No Brasil, a opção pelo chamado *welfare state* está configurada já no preâmbulo do texto constitucional e no seu artigo 6º, que assegura como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

O fato é que as sociedades enfrentam uma realidade comum a todas, em razão do inescapável crescimento contínuo das despesas públicas, ao lado de limitações na parte das receitas, diante da necessária responsabilidade fiscal. O Brasil não está fora dessa realidade. Ajuste fiscal demanda um conjunto de indispensáveis iniciativas; no Brasil, uma delas passa pela qualificação da despesa pública.

Para estimular o debate em torno desse quadro, reunimos artigos com visões complementares e ao mesmo tempo conflitantes, de críticas às medidas propostas e, ao mesmo tempo, de reconhecimento da inevitabilidade de um ajuste.

É evidente que está configurada uma conjuntura de marcantes dificuldades. Porém, pelos ensinamentos da sabedoria milenar, não podemos esquecer que, além do aprendizado com a experiência do sacrifício com a necessária correção de rota, a crise é sempre um ambiente de oportunidades para o governo, empresas e indivíduos.

Boa leitura!

XXI PRÊMIO
BRASIL
DE ECONOMIA

INSCRIÇÕES
02/03/2015
A 24/07/2015

PREMIAÇÕES
NAS CATEGORIAS

- LIVRO DE ECONOMIA
- TESE DE DOUTORADO
- DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
- ARTIGO TÉCNICO OU CIENTÍFICO
- MONOGRAFIA OU TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

COMISSÃO
AVALIADORA

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA (PUC/SP)
CELINA MARTINS RAMALHO (FGV/SP)
CLÁUDIO RIBEIRO DE LUCINDA (FEA-RP/USP)
EDUARDO JOSÉ MONTEIRO DA COSTA (UFPA)
FERNANDO DE AQUINO FONSECA NETO (BACEN)
JOÃO ROGÉRIO SANSON (UFSC)
JOSÉ LUIZ PAGNUSSAT (ENAP)
LUIZ ROBERTO COELHO NASCIMENTO (UFAM)
MARCOS ADOLFO RIBEIRO FERRARI (IFES)
MAURO THURY DE VIEIRA SÁ (UFAM)
PAULA MEYER SOARES (UNB)
PEDRO LINHARES ROSSI (UNICAMP)
REINALDO GONÇALVES (UFRJ)
ROBERTO BRÁS MATOS MACEDO (FAAP)
SÉRGIO GOLDBAUM (FGV)

COFECON.ORG.BR/PBE /pbecofecon
COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Nota sobre
ajuste fiscal

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, no dia 27 de março, o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) referente ao último trimestre de 2014. De acordo com o instituto, o Brasil cresceu 0,1% no último ano, com forte desaceleração em relação a 2013, quando o índice chegou a 2,7%.

Diante desse cenário, o Conselho Federal de Economia (Cofecon) divulgou uma nota oficial sobre o assunto durante a 663º Sessão Plenária Ordinária, incluindo também uma avaliação sobre o ajuste fiscal proposto pelo governo federal. O texto foi aprovado por todos os conselheiros presentes na reunião e divulgado para os veículos de comunicação de todo o país. Confira, a seguir, a Nota Oficial.

CRESCIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL
Deve ser imediatamente retomado

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu em 2014, segundo o IBGE, tão somente 0,1%, com forte desaceleração em relação a 2013 (2,7%). O Conselho Federal de Economia entende que este ritmo de crescimento de nossa economia, expresso na queda do PIB per capita de 0,7%, está muito aquém das necessidades do país e da geração de empregos.

A análise do desempenho setorial do PIB, pela ótica da oferta, revela que o pior desempenho foi do setor industrial, com queda de 1,2%, e que, não obstante o forte crescimento da indústria extrativa mineral (8,7%), decorreu do péssimo resultado da indústria de transformação (queda de 3,8%) e do grupo composto pela construção civil, energia, gás, água e esgoto (queda de 2,6%).

O setor de serviços teve crescimento de 0,7%, com destaque positivo nos segmentos de serviços de informação (4,6%)

e atividades imobiliárias (3,3%) e negativo do comércio (-1,8%). Já o setor agropecuário teve crescimento modesto, de 0,4%.

Pela ótica da demanda, embora tenha havido expansão do consumo das famílias (0,9%), ocorreu uma forte desaceleração em relação a 2013 (2,9%). O mesmo se deu no consumo do governo (crescimento de 1,3% contra 2,2% em 2013). Já a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) teve queda de 4,4%, levando sua participação no PIB a recuar de 20,5% em 2013 para 19,7% em 2014.

Neste momento em que o governo federal promove um ajuste fiscal, o Cofecon revela sua preocupação com a possibilidade de as medidas propostas virem a comprometer a necessária retomada do crescimento econômico.

O Brasil está carente de uma política econômica de longo prazo, resistente no tempo, cujo objetivo seja promover o crescimento da economia e proporcionar a redução da pobreza e da desigualdade social e elevar o bem estar da população brasileira.

O Governo Federal tem constantemente tomado decisões de política econômica de curto prazo, com base em conveniências conjunturais. Assim, nesses últimos anos, num contexto internacional de oscilação econômica, a gestão anterior foi marcada por medidas que, a rigor, não surtiram os efeitos esperados: desonerações fiscais; manutenção artificial de importantes preços da economia, como combustíveis e energia; e elevação dos gastos de capital e correntes, mas sem compensação de receita, o que resultou em deterioração das contas públicas e elevação das expectativas de inflação.

Esse contexto levou à proposição de ações de ajuste fiscal e monetário, muito embora parte delas ainda em tramitação no Congresso Nacional. Os sinais que chegam do mercado são de pessimismo, com empresários adiando projetos de investimentos em razão dos elevados juros e baixa competitividade enquanto, de outro lado, trabalhadores sofrem com a perspectiva de redução dos salários reais e desemprego, determinada pelo crescimento da inflação e queda nos resultados das empresas, que se reflete no desempenho insatisfatório do PIB.

Nesse cenário, soa preocupante e inaceitável a perspectiva que se avizinha de elevação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que já sofreu majoração em dezembro, constrangendo ainda mais um elemento fundamental de política creditícia e dificultando a retomada do investimento produtivo no país.

O objetivo da equipe econômica é alcançar, em 2015, superávit primário correspondente a 1,2% do PIB, ou R$ 66,3 bilhões, sendo R$ 55,3 bilhões advindos da União e o restante dos estados e municípios. Esse montante corresponde a tão somente cerca de 20% dos gastos com juros da dívida pública. Dito de outra forma, o ajuste fiscal será feito com sacrifício do setor produtivo, com consequências mais profundas para a classe trabalhadora, em prol do setor financeiro, promovendo a transferência de recursos do primeiro para o segundo. Vale ainda destacar que a prática de gerar superávits primários eterniza uma situação favorável aos rentistas, credores dos títulos da dívida pública, uma vez que a manutenção de altas taxas de juros eleva o valor total da dívida pública.

Uma das consequências prováveis será a redução do volume de recursos a serem transferidos pela União e, portanto, os estados e municípios tenderão a realizar esforço fiscal maior, a partir da utilização de outros mecanismos para elevação da arrecadação, assim como a racionalização de despesas.

É de se esperar também que cortes de subsídios e em programas de grande impacto social, como o Minha Casa Minha Vida, gerem consequências negativas no nível de emprego e na aquisição de insumos da indústria, impactando negativamente o dinamismo econômico.

Diligentes com a nossa missão institucional, alertamos quanto aos possíveis desalinhamentos que essa política econômica poderá causar aos setores produtivos com efeito direto nas condições de trabalho e de vida da sociedade brasileira.

A Revista “ECONOMISTAS” aborda neste número um tema da maior relevância e que tem ocupado lugar de destaque no debate econômico, o ajuste fiscal proposto pelo governo neste início de mandato.

AJUSTE FISCAL EM PAUTA

Economistas debatem as principais medidas anunciadas pelo governo federal no primeiro trimestre de 2015

No primeiro trimestre do seu segundo mandato como presidente da República, Dilma Rousseff anunciou um pacote de medidas fiscais. Considerado duro, o corte de gastos provocou reações no Congresso e insatisfação popular, agravadas pela crise política que governo federal enfrenta após denúncias de esquemas de corrupção.

De acordo com o Ministério da Fazenda, o corte de gastos públicos e o aumento de tributos anunciados devem gerar economia de até R$ 51,4 bilhões neste ano, o que corresponde a 77,5% da meta do superávit primário para o setor público consolidado, incluindo estados e municípios, estipulada em R$ 66,3 bilhões, ou seja, 1,2% do PIB. As reduções incluem restrições ao seguro-desemprego, à pensão por morte e ao seguro-defeso, que mantém os pescadores nos períodos em que a atividade não pode ser exercida. A meta para 2016 e 2017 é de 2% do PIB.

O valor da conta de energia dos brasileiros também sofrerá reajuste a partir da suspensão dos repasses à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), responsável por subsidiar as tarifas de energia. Somado a isso, os gastos do Governo Federal serão reduzidos em 1/18 e haverá aumento de tributos nos combustíveis, no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para o crédito de pessoas físicas e na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre produtos importados. Para completar, os cosméticos receberão novo modelo de cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Outra medida anunciada que gerou controvérsias foi o reajuste na tabela do Imposto de Renda. Após intensa negociação com o Congresso, a correção acertada foi de 6,5%, 5,5%, 5% e 4,5%, de acordo com a faixa salarial dos contribuintes. De acordo com o Planalto, o impacto fiscal deste reajuste será maior que R$ 6 bilhões, visto que cerca de 16 milhões de brasileiros estão na faixa de 6,5% de correção. A presidente defendia o reajuste de 4,5%, percentual muito abaixo da inflação de 2014, índice que fechou o ano com o percentual de 6,41%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Medidas de ajuste	Economia para os cofres públicos
Restrições ao seguro-desemprego, à pensão por morte e ao seguro-defeso	R$ 18 bilhões
Suspensão de repasses à CDE	R$ 9 bilhões
Limitação de gastos a 1/18 da verba gasta em 2014	R$ 3,8 bilhões
Aumento de tributos sobre combustíveis	R$ 12,2 bilhões
IOF para o crédito a pessoas físicas	R$ 7,4 bilhões
Elevação do PIS e Confins	R$ 700 milhões
Novo modelo de cobrança IPI cosméticos	R$ 381 milhões

Fonte: Agência Brasil

O conselheiro federal Francisco Assunção observa que, entre todos os ajustes propostos pelo governo, a correção na tabela de imposto de renda é o mais simples de ser implementado. “Em contrapartida, o impacto dessa medida reflete pouco ao analisar as diversas fontes potenciais de arrecadação. Ao tempo que classifico também que o impacto do ajuste na tabela de IR pouco repercute no consumo das famílias, e assim não cria aumento no poder aquisitivo, embora numa certa medida até restabelece melhoria na renda disponível, mas nada relevante”. Assunção destaca ainda que, ampliando a faixa de isenção na fonte, a correção da tabela não atende as expectativas do trabalhador, pois o brasileiro possui demanda reprimida, e satisfazer suas condições mínimas de sobrevivência requer uma jornada de trabalho muito maior. “Ainda há muito o que avançar na questão tributária, que poderia prever a aplicação de tabela mais justa, definindo classes de renda mais elevadas a serem tributadas. Paralelo, minimizar a aplicação dos chamados impostos regressivos existentes nas diferentes esferas de Governo e criar um verdadeiro imposto sobre fortunas são ações importantes na construção de uma sociedade mais justa. Assim, é necessário buscar outros mecanismos de arrecadação e não esquecer de considerar o desempenho da economia informal, monitorando e buscando alavancar as receitas pela fiscalização”, defende.

Assunção acredita que particularmente os anos de 2013 e 2014 trouxeram uma herança ruim para o Brasil, quando o país apresentou o maior déficit público da história, com 6,7% do PIB. Combinado ao volume excessivo de gastos e desonerações (IPI de automóveis e de bens duráveis, etc), a economia nacional perdeu receita e, agora, requer a aplicação de um receituário de ajuste fiscal, visando ter o controle dos gastos de capital e correntes, inclusive avançando com redução de benefícios sociais para a população. “Nesse contexto, até o financiamento de programas de grande impacto social, como o Minha Casa Minha Vida estão comprometidos em razão desse ambiente agora definido”, aponta.

Róridan Penido Duarte, também conselheiro federal, comenta que, no primeiro ano de mandato, independentemente de ter havido reeleição, os momentos de esforço fiscal são recorrentes. “Isso acontece porque, nos últimos anos da gestão, a política fiscal é mais frouxa. Vale lembrar que em 2011 houve esforço fiscal parecido com o que se pretende hoje, com cerca de R$ 50 bilhões”, explica o conselheiro. Para o economista, o sucesso das medidas propostas pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, dependerá de a coordenação político-econômica afinar as políticas fiscais e monetárias. “Este ajuste fiscal busca uma sintonia muito próxima com a política monetária, o que não aconteceu nos anos anteriores. De nada adiantará se o superávit primário for utilizado totalmente para sanar a dívida pública e o pagamento de juros, visto que deve ser voltado para investimentos públicos, principalmente em infraestrutura”, propõe Róridan Duarte, ao ressaltar a tendência de que o esforço no ajuste seja tomado pela política monetária mais restritiva, com o pagamento de juros.

Róridan aponta que o governo realizou estudos relacionados à política fiscal para monitorá-la durante os últimos anos, marcados pela crise econômica global. “O governo assumiu tarefas que a economia do setor privado não teria condições, dada a dimensão da crise. Na minha opinião, o modelo segurou o crescimento do país, já que a diminuição do crescimento seria ainda maior sem a atuação da política fiscal do governo”, pontua.

Já Paulo Brasil, também conselheiro federal, defende que a situação atual é resultado da falta de controle dos recursos públicos e de compras governamentais, muito mais do que problemas na arrecadação. Para o economista, o resultado apresentado hoje não diz respeito apenas aos reflexos da economia mundial. “O que percebemos nesses últimos anos, não no início do governo Dilma, mas no desta legenda, é que nunca houve preocupação fiscal. Agora, vemos o desespero para manter o equilíbrio das contas porque passamos também por uma fase de descrédito. No governo de Fernando Henrique Cardoso, antes que conseguíssemos o equilíbrio de contas públicas, foi feita a busca e controle da inflação. Naquela época, as pessoas da gestão atual se manifestaram contrárias, entendendo que o gasto público deveria atender aos anseios da sociedade. No início do governo petista, houve a preocupação de mostrar que o mercado interno estava equilibrado, mas quase nada foi feito para manter essa condição”, argumenta Paulo Brasil.

AJUSTE NA DIREÇÃO ERRADA

Na opinião do economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) Dércio Garcia Munhoz, o ajuste fiscal proposto pelo governo está focado em medidas que aumentam a recessão e o desemprego, além de contribuir para o crescimento da inflação. “Não percebo nenhum objetivo de retomada de crescimento. As medidas visam aumento de receitas e diminuição de despesas, com o objetivo de sobrar recursos de impostos para o pagamento de juros da dívida pública. É contraditório”, declara Dércio Munhoz. De acordo com o economista, o ajuste não busca analisar por que o governo apresentou déficit no Tesouro no ano passado, verificando onde houve excesso de gastos.

Dércio Munhoz avalia que o ajuste está sendo feito na direção errada porque apenas visa aumentar receitas. As medidas referentes à previdência social punem os trabalhadores e as empresas, com a retirada de benefícios daqueles que já foram castigados nos últimos anos pelo aumento da contribuição previdenciária acompanhando a elevação real do salário mínimo desde princípios da década passada, acredita o economista. “O problema não é a previdência urbana, porque nos últimos anos as contribuições tiveram um reajuste de 100% acima da inflação, ou seja, dobraram. Tal fato foi responsável pelo aumento do superávit na previdência urbana, entre 2010 e 2014, de R$ 5 bilhões para R$ 25 bilhões – sobra dos dois últimos anos. A previdência rural, que tem o caráter de assistência social porque o nível das receitas é irrisório, registrou em 2014 um déficit da ordem de R$ 82,0 bilhões”, explica. Portanto, na opinião de Munhoz, o superávit da previdência urbana deveria ser destinado para reduzir o peso das contribuições para trabalhadores e empresas, além de repor benefícios diante das perdas provocadas pelo fator previdenciário, e nunca desviado para o pagamento de juros, despesa que cresce turbinada pela taxa Selic manipulada pelo BC.

“O governo deve reorganizar as finanças públicas, e não cortar despesas indiscriminadamente e aumentar impostos”, defende. A reorganização, segundo o professor da UnB, passa por uma série de rearranjos, como reduzir a taxa Selic para 10%, o que economizaria em torno de R$ 80 bilhões dos cofres públicos – redução anual nos encargos de juros e conseqüentemente no aumento da dívida do Tesouro. “Há uma série de rearranjos possíveis, além de corrigir distorções no auxílio desemprego, cujos dispêndios cresceram 76,0% desde 2010. Há também o caso do Fies, em que o abuso por parte das universidades particulares foi tamanho que o dispêndio dobrou no ano passado. O ajuste fiscal, todavia, em verdade propõe medidas para atender às reclamações do mercado de que o Tesouro deve ter superávit nas receitas de impostos para pagamento de juros. Mas isso é como enxugar gelo, pois só o aumento da taxa Selic pelo Banco Central nos dois últimos anos - superior a 5,0 pontos de percentagem -provocou um aumento em torno de R$ 150,00 bilhões nas despesas anuais de juros do Governo Federal – algo como a soma das verbas orçamentárias com Educação e Saúde”, conclui Dércio Munhoz.

SUPERÁVIT PRIMÁRIO

A meta para 2015, de 1,2 % do PIB, é considerada ambiciosa pelo economista André Nassif, professor de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e de MBAs da Fundação Getúlio Vargas. Além de ser um ano politicamente conturbado para o país, o Brasil encerrou 2014 com déficit fiscal primário e a economia deve mostrar, até o fim do ano, uma contração no PIB. De acordo com o chefe-adjunto do Departamento Econômico do Banco Central, Fernando Rocha, adotando

a premissa do superávit primário em 1,2% do PIB e a visão do Boletim Focus para crescimento, a dívida bruta sobe de 63,4% do PIB em 2014 para finalizar o ano de 2015 em 65,2%. A dívida líquida sobe de 36,7% no último ano para 38,2% até o fim deste ano.

"Em uma economia com taxa de PIB negativa, o governo terminará 2015 com perspectiva de arrecadação menor do que em 2014. Fica complicado politicamente aumentar impostos e cortar isenções fiscais sobre as empresas em ano recessivo. Por outro lado, é complicado eliminar gastos, ainda que eu defenda que é importante fazer ajuste fiscal para ganhar a confiança do mercado no sentido do governo se comprometer a reverter a dívida", comenta o professor.

Nassif lembra que, no primeiro mandato do presidente Lula, a meta do superávit primário estava em 4,25%, mas, à época, a economia não estava em recessão. Em um cenário diferente do que se apresenta hoje, a crise era contornada com ações como exportação para o mercado internacional. "A meta de superávit primário de 1,2% em uma economia com contração de algo de 1% do PIB neste ano, em termos relativos, terá mais consequências adversas do que no primeiro mandato de Lula. Se o ajuste fosse voltado para o corte de despesas, especialmente de correntes e não investimentos, e ficasse mantido nos próximos três anos para o governo recanalizar a arrecadação para preservar investimentos públicos, conseguiria resgatar a confiança do mercado. Temos todos os ingredientes para que 2015 seja recessivo e 2016, na melhor das hipóteses, seja um ano medíocre, mantido o ajuste como está", defende André Nassif.

Poucas pessoas têm coragem de denunciar o equívoco de política monetária adotado no Brasil há mais de uma década

Roberto Piscitelli

Professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB), Roberto Bocaccio Piscitelli também tem dúvidas quanto à necessidade do arrocho neste momento da economia, por considerar que o efeito de todas as medidas juntas seja prolongado e forte, mais que o desejável, tendo em vista a necessidade de recuperação. "Corremos o risco de entrar em um processo recessivo crônico. O que preocupa, particularmente, é a questão dos juros, aumento sucessivo e antecipação dos anúncios de taxas de juros nos próximos meses. O mercado demonstra fome insaciável pelo aumento da taxa de juros como se a medida tivesse efeito no controle da inflação. Acredito que essa tese não se sustenta, mas no momento poucas pessoas têm coragem de denunciar o equívoco de política monetária que vem sendo adotado no Brasil há mais de uma década", reflete Roberto Piscitelli.

De acordo com o professor da UnB, as taxas de juros brasileiras se mantêm por um período longo em elevadíssimos patamares. Há mais inflação dos custos do que de demanda, e, na sua opinião, o mercado de trabalho começa a sentir os efeitos da redução do nível de atividade econômica. "Aumentar os juros sufoca a economia e torna improvável a retomada do crescimento. Não há nada que justifique as taxas elevadas porque freiam os investimentos, que são primordiais para a retomada do crescimento".

Para Piscitelli, reverter a situação não passa pelo consumo, mas depende da retomada de investimentos. "O estímulo ao investimento não existe quando praticamos altas taxas de juros, que estão entre as mais altas do mundo, e mantemos isso por anos a fio. Tal iniciativa desestimula investimentos e causa sangria nas contas públicas, porque o governo tem dívida relativamente elevada. Com a economia em recessão, a queda da receita e arrecadação, e o aumento dos juros, reduzo ainda mais a capacidade do Estado ser promotor de reversão. Privo um novo ciclo de crescimento e sinalizo negativamente ao mercado", analisa.

SETOR PRODUTIVO

A indústria brasileira reconhece que as medidas de ajuste fiscal são necessárias para garantir condições de crescimento a longo prazo, mas critica os efeitos sobre a competitividade das empresas. Em reunião do Fórum Nacional da Indústria (FNI), realizado no dia 6 de março, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e 43 lideranças do segmento defenderam que o ajuste fiscal não pode ser feito a partir do aumento de tributos. "O Brasil já tem uma das mais altas cargas tributárias do mundo. Adicione-se a isso o aumento dos juros e do custo com energia. É imperativo avançar na redução do Custo Brasil. A agenda deve colocar como objetivo a superação das restrições à competitividade das empresas, que vêm se acumulando ao longo dos anos. Caso isso não aconteça, ainda que as condições fiscais estejam reequilibradas, a retomada do crescimento será prejudicada", informa o comunicado.

Segundo as lideranças da indústria, a recuperação da credibilidade e o dinamismo da economia brasileira podem ser comprometidos caso o ajuste fiscal não esteja focado na retomada do crescimento da indústria e da economia. Neste sentido, recomendam a aplicação de medidas de competitividade compatíveis com o ajuste, como redução da burocracia, eliminação da cumulatividade e simplificação de tributos, ampliação do programa de concessões e uma política ativa de apoio às exportações.

Antônio Corrêa de Lacerda, economista e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), confirma que a conta do ajuste fiscal recai sobre o setor produtivo e os trabalhadores. "O setor financeiro ficou fora do ajuste e, pelo contrário, além de não ser onerado, é beneficiado pelo aumento das taxas de juros", comenta Lacerda ao apontar que o Brasil aplica a maior taxa de juros do mundo em termos reais. Ele afirma não questionar a necessidade da realização de ajuste fiscal, mas a forma como está sendo conduzido.

Segundo o economista, a elevação dos juros tem dois efeitos que se contrapõem ao objeto do ajuste. O primeiro é que, elevando as taxas, há o encarecimento dos investimentos e do crédito de financiamento de pessoas físicas, desestimulando o nível das atividades e reduzindo a arrecadação do governo. "O aumento de juros tem significado um aprofundamento da recessão, que por si só vai comprometer o ajuste desejado". O segundo efeito é a ampliação do custo de financiamento da dívida pública. "No ano passado, os gastos com os juros que incidem sobre a dívida chegaram a R$ 311,4 bilhões, 6% do PIB transferido para o setor financeiro e rentismo", examina Lacerda.

Para o economista e professor universitário, é necessário promover a taxação dos mais ricos, cobrando impostos de fortunas e patrimônios, além de conduzir uma ampla reforma tributária. "O que falta ao Brasil é um programa de desenvolvimento que privilegie a geração e distribuição de renda, somados aos investimentos, o que viabilizaria o desenvolvimento sustentável do país. O ajuste não tem que ser um fim, ele é o meio", conclui.

O aumento de juros tem significado um aprofundamento da recessão

Antônio Corrêa de Lacerda

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

Em economia, é indiscutível o poder da reputação e confiança do investidor para fechar negócios. O Brasil, que já possui um passado nebuloso em relação à crise fiscal, enfrenta dificuldades para atrair investidores na atual conjuntura econômica. Na década de 90, durante o Plano Collor, a dívida brasileira era tal que o governo não contava com recursos para pagar os credores. Na iminência de uma crise fiscal, os brasileiros viveram uma situação traumática de congelamento de poupanças, aplicações e até saldo em conta corrente.

André Nassif lembra que entre os países emergentes do BRICS há boas opções de investimento, como a Índia, que não têm passado de crise fiscal tão significativo como o Brasil. "O passado do Brasil é recheado de crises fiscais. Isso significa que tem memória de situação fiscal precária, o que acaba fazendo com que o mercado reduza a confiança. Basta a dívida bruta avançar e já é mais que suficiente para reduzir a confiança quanto à capacidade de solvência do setor público. Por isso o governo Dilma não tem como escapar do ajuste", declara.

O conselheiro Paulo Brasil compartilha o pensamento de André Nassif e comenta que, em um mundo globalizado, é impossível tratar o país como uma ilha isolada, com o discurso de que não pode perder a soberania. Como exemplo, citou a recente decisão dos Estados Unidos de deixar os embargos a Cuba e a expectativa dos cubanos em recuperar a economia. "O mercado é muito dinâmico e amplo, há vários países emergentes para investir além do BRICS, que oferecem rentabilidade e risco menor. Para o investidor, é importante ter confiança. A credibilidade é fundamental", defende. "À mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta", finaliza o conselheiro federal. Portanto, a imagem do país deve estar positiva internacionalmente para que os investidores percebam a viabilidade dos negócios e tragam os investimentos que o país precisa para superar a crise e voltar a crescer.

Entrevista
Dieese

A revista Economistas abre espaço para o debate sobre o ajuste fiscal, tendo como referência o proposto pelo governo federal. Para fazer a defesa do ajuste, foi convidado o economista Raul Veloso e, para fazer o contraponto, foram convidados técnicos do DIEESE, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Revista Economistas:

O Dieese faz severas restrições ao ajuste fiscal proposto pelo governo. Quais medidas previstas no ajuste fiscal penalizam os trabalhadores?

O AJUSTE FISCAL E O MERCADO DE TRABALHO

O governo federal está realizando um programa de ajuste fiscal bastante amplo e profundo, que inclui medidas que alteram as regras de acesso a benefícios previdenciários e ao seguro-desemprego. As medidas foram adotadas com o argumento de que, uma vez recuperada a capacidade fiscal do setor público, será possível retomar com mais vigor a trajetória de crescimento econômico.

No entanto, o contexto em que se insere o programa é extremamente desfavorável. A demanda agregada mostra sinais de enfraquecimento; o comércio internacional cresce lentamente; a demanda externa e os termos de troca se deterioraram nos últimos anos; o país atravessa uma crise hídrica com potencial de crise energética; a desvalorização cambial afeta os preços internos, entre outros. Além disso, a operação Lava Jato e outras investigações criam um clima político acirrado e comprometem os investimentos públicos, especialmente no setor de construção, petróleo e gás, e geram outros problemas e entraves.

Enfim, ao ajuste fiscal soma-se um conjunto de fatores adversos que freiam ainda mais a lenta marcha da economia. Assim, quais são os possíveis efeitos dessas medidas para o mercado de trabalho, o desemprego e os salários reais? Há a perspectiva de que os efeitos recessivos sobre a economia se prolonguem além do esperado? Como assegurar uma transição rápida para o crescimento econômico?

AIRTON DOS SANTOS

Economista do DIEESE.

CLEMENTE GANZ LÚCIO

Sociólogo, diretor técnico do DIEESE, membro do CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

CLÓVIS SCHERER

Economista do DIEESE.

AS MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL

Antes mesmo de iniciado o segundo mandato, a nova equipe econômica do governo da presidenta Dilma Rousseff anunciou um conjunto de medidas voltadas para reverter a alta do déficit público. Maior rigor fiscal tem sido a ênfase dos novos ministros da área econômica, pois entendem que o endividamento público e as dificuldades em financiá-lo são fatores que podem, no médio prazo, desestabilizar a economia.

Os temores do governo decorrem da observação da trajetória de alguns indicadores relativos às finanças públicas. As contas consolidadas do setor público em 2014 resultaram em déficit nominal de 6,7% e déficit primário de 0,63% do PIB. Estes resultados indicam que o saldo entre receitas e despesas públicas não foi suficiente para pagar os juros da dívida e houve deterioração dos indicadores fiscais em relação ao ano anterior. Afinal, em 2013, o déficit nominal tinha sido de 3,25% e o setor público tinha gerado um superávit primário de 1,88% do PIB. O déficit primário do ano passado chama a atenção porque é o primeiro deste tipo desde 2002.

O déficit primário de 2014 foi gerado principalmente pelo governo central, embora os estados também tenham passado de uma situação superavitária para deficitária entre 2013 e o ano passado. No caso do governo central (governo federal e Banco Central), o resultado primário foi determinado por um aumento de receitas de 3,6%, inferior ao aumento de 12,8% nas despesas totais.

A Secretaria do Tesouro explica que o desempenho das receitas foi afetado pelo baixo crescimento econômico e pelas desonerações tributárias. Assim, a arrecadação da CSLL praticamente estável (0,6% de variação) reflete o fraco crescimento econômico e da renda, enquanto a queda nas receitas de PIS/Cofins está ligada às desonerações (-3,1% e de -5,8%, respectivamente). Vale notar que em função do mercado de trabalho ainda favorável, as receitas da Previdência Social tiveram quase 10% de aumento em 2014, apesar da desoneração da folha compensada por R$ 9,0 bilhões que o Tesouro repassou à Previdência.

No lado das despesas, a Secretaria da Receita Federal informa que as despesas de custeio e capital foram as que mais contribuíram para o déficit primário. Entre estas, cabe destacar o aumento relativo de 22% nas despesas do FAT e de 21,5% em outras despesas de capital. Entre estas últimas destacam-se as despesas discricionárias para os ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social, os investimentos do PAC e a compensação pela desoneração da folha. O aumento das despesas da Previdência Social, de 10,4%, ficou próximo do aumento das receitas previdenciárias, o que mostra que não é daí que têm surgido as pressões sobre as contas do governo central. Na mesma linha, o item pessoal e encargos teve variação de 8,4%.

Apesar do resultado primário negativo, o principal fator determinante do déficit nominal do setor público ainda é o pagamento de juros. O ciclo de alta da taxa Selic, visando combater a inflação, elevou em quase um ponto percentual a carga de juros como proporção do PIB, de 5,14%, em 2013, para 6,07%, em 2014. Este aumento nos gastos com juros concentrou-se principalmente sobre o governo federal, que destinou o equivalente a 5,33% do PIB aos credores. É importante observar que essa sangria nas contas do governo transfere renda dos contribuintes, de forma geral, em benefício dos rentistas, notadamente do setor financeiro.

A propósito, o setor bancário, na contramão dos demais, apresenta-se extremamente saudável e com lucros crescentes. O lucro líquido dos três maiores bancos privados do país - Itaú, Bradesco e Santander - totalizou R$ 41,8 bilhões, em 2014. O Itaú, por exemplo, obteve um aumento de 30,2% no lucro líquido, entre 2013 e 2014. A receita com títulos e valores mobiliários desses bancos aumentou, em média, 41,1%, muito além da receita com operações de crédito. Assim, os constantes aumentos na taxa básica de juros da economia (Selic) têm favorecido e feito aumentar enormemente o lucro do setor bancário que, neste contexto, não precisa preocupar-se em fornecer crédito ao setor produtivo, uma vez que já aufere grande resultado financiando a rolagem da dívida pública, cada vez mais onerosa, além

das tarifas bancárias financiarem boa parte do custo fixo.

Assim, os grandes números das contas públicas mostram que, em 2014, os fatores que determinaram o déficit nominal recorde foram: a alta das taxas de juros, maiores gastos com investimentos, desonerações tributárias e o funcionamento dos ministérios e programas da área social. Fica evidente a complicada equação envolvendo o combate à inflação, o estímulo ao crescimento econômico e o objetivo de justiça social. O equilíbrio do orçamento público parece ser, neste primeiro instante, o compromisso mais explícito assumido pelos novos formuladores da política econômica. A meta do governo, para este ano, é gerar um superávit primário de 1,2% do PIB (cerca de R$ 56 bilhões). Para os dois anos seguintes, a meta aumenta para 2,0% do PIB. Com esses resultados, o governo pretende estabilizar a relação dívida pública/PIB e ganhar o crédito necessário para tratar de questões como o déficit externo e a inflação.

Cortes nos gastos e aumento de receitas, via aumento da carga tributária, são os instrumentos tradicionais para ajustar as contas públicas. Do lado das receitas, algumas medidas já foram concretizadas, como as alterações nas alíquotas da Cide - Contribuição Incidente sobre o Domínio Econômico (o "imposto dos combustíveis"), o aumento das alíquotas do PIS/Cofins, que incidem sobre a comercialização de gasolina, diesel e produtos importados, cobrança de IPI para distribuidores de produtos cosméticos e aumento do IOF para empréstimos pessoais.

A política de desonerações da folha foi completamente alterada, com elevação de alíquotas e direito ao empresário de optar pela base tributária que melhor lhe convier. Na verdade, a desoneração só continua valendo para as receitas de exportações, que continuam livres de qualquer contribuição previdenciária. As vendas para o mercado interno terão aumento de custos, que as empresas tentarão transferir para os consumidores ou compensar com redução e cortes nos empregos ou nos salários.

Além disso, a presidenta vetou o reajuste de 6,5% na tabela do imposto de renda, o que aumentará tanto o número de contribuintes quanto a alíquota efetiva sobre cada um deles, caso o rendimento tributável tenha variação superior à do reajuste da tabela que o governo pretende fixar em 4,5%. Aliás, é esta diferença positiva entre o rendimento tributável e o índice de reajuste da tabela do IR que tem resultado em crescimento real da arrecadação com este imposto nos últimos anos. A contrapartida a isso é uma carga de IR cada vez maior sobre a classe média assalariada, principalmente.

Do lado dos cortes de gastos, já foram tomadas medidas que incidiram especificamente sobre a seguridade social. Seguro desemprego, abono salarial, pensões, entre outros, são alguns dos benefícios que terão acesso mais restrito. Além disso, o governo cortou os aportes de recursos do Tesouro para o BNDES, que, por sua vez, aumentou a TJLP e promoveu reajustes de preços e tarifas públicas visando carrear recursos para as empresas estatais.

As medidas trazem impactos sobre a vida da população mais vulnerável, que sofre com a rotatividade elevada e os baixos salários no mercado de trabalho. Em 2013, 43,4% dos trabalhadores formais permaneceram por menos de seis meses no mesmo emprego e mais da metade, 54,8%, ganhava, em 2013, até dois salários mínimos.

A alta rotatividade no emprego, que ultrapassa os 100% dos empregos em certos setores, impedirá que uma proporção razoável de trabalhadores cumpra as exigências para o primeiro acesso ao seguro-desemprego e acessos subsequentes. O número de trabalhadores impedidos de solicitar o seguro-desemprego aumentará, com forte impacto principalmente sobre os jovens desempregados.

Sobre o abono, a medida limita o direito ao benefício aos trabalhadores que mantiveram vínculos formais por pelo menos seis meses, e passará a ser pago proporcionalmente ao período de vínculo. Haverá, portanto, redução da cobertura e do valor deste programa social de complementação de renda.

O governo diz que as medidas visam combater fraudes, devido ao aumento no número de requisições. No entanto, não são as fraudes, mas sim a persistência deste grande volume de desligamentos, seguido de contratações e recontratações, que determinam o crescimento quantitativo do uso do seguro-desemprego.

MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho, que já sofre os impactos da queda no nível de atividade da economia, deverá ampliar os efeitos perversos resultantes das medidas de ajuste implementadas pelo governo. Tanto a política monetária, de elevação da taxa básica de juros, quanto a política fiscal, de redução dos gastos públicos, terão reflexos no emprego, tanto público quanto privado. São medidas de cunho recessivo, que pretendem desaquecer uma economia já estagnada, e podem significar aumento de desemprego.

Sinais preocupantes já aparecem nas estatísticas. Em que pesem os resultados anuais das pesquisas, que apontam redução das taxas de desemprego em 2014, comparativamente a 2013, o mercado de trabalho tem passado por um processo de retração desde o segundo semestre do ano passado. No quarto trimestre, a eliminação de postos de trabalho foi superior à criação de novos empregos.

A redução da criação de novas vagas e a eliminação de postos de trabalho existentes devem trazer impactos negativos sobre os salários, pois as empresas deverão promover maior rotatividade para se beneficiar do aumento da oferta de mão de obra. Por esse expediente, elas substituem os funcionários ativos, contratados quando o mercado estava aquecido, por novos, com salários menores. Assim, pode-se esperar redução de salários nominais num breve espaço de tempo.

Por outro lado, as novas regras do seguro-desemprego tendem a colocar o trabalhador numa posição desfavorável diante dos empregadores. No caso do trabalhador, a permanência no emprego por um prazo mais longo será a condição para uma relativa proteção contra o desemprego. Para o empregador, por sua vez, a prerrogativa da demissão sem justa causa se fortalece como instrumento disciplinador da força de trabalho. É plausível esperar piora nas condições de trabalho e deterioração dos salários pela conjunção dessas duas forças.

Queda no emprego e nos salários promovem um movimento inverso daquele observado nos últimos anos, quando especialmente os jovens deixaram de pressionar o mercado de trabalho. É de se esperar um aumento das taxas de desemprego decorrente de maior procura em um ambiente que restringe a oferta de posto de trabalho.

Os sindicatos, dentro desse cenário, provavelmente enfrentarão dificuldades na barganha por aumentos reais de salários, uma vez que a preocupação do movimento estará mais voltada para a manutenção do emprego. Nesse estado de coisas, não é difícil imaginar que os sindicatos, ao longo do ano, com o desaquecimento do mercado de trabalho, passem a uma posição mais defensiva.

A deterioração dos salários reais pode ser agravada pelo recrudescimento da inflação. Janeiro registrou elevação de 1,24% nos preços (IPCA-IBGE), fevereiro 1,22% e março 1,32%. Assim, o ano de 2015 não será apenas de recessão, mas também de inflação elevada. A experiência revela que taxas de inflação mais altas são acompanhadas de maiores dificuldades para a conquista de ganhos reais de salários nas negociações coletivas.

Soma-se a isso a redução do abono salarial que, se aprovada pelo Congresso, diminuirá a renda efetiva de parcela expressiva da base dos assalariados.

ALTERNATIVAS E O PAPEL DO DIÁLOGO SOCIAL

Cortes de gastos e aumentos de impostos em uma economia com baixo crescimento são temerários, com sérios riscos de provocar recessão. Por outro lado, e esse é o argumento dos ortodoxos, as medidas amargas devem ser tomadas para que, num breve futuro, sobre bases mais sólidas e confiáveis (para o público interno e externo), o país possa crescer de forma sustentável e por um período mais longo. No entanto, a questão que se impõe é qual seria o ajuste fiscal que permitiria a retomada do crescimento? Que medidas poderiam compatibilizar tal ajuste com a manutenção da trajetória de redução das desigualdades e melhorias nas condições sociais?

A formulação de medidas de aumento de receita, até o momento, não se orientaram para tornar a estrutura tributária mais progressiva e menos perversa. Pontos que poderiam fazer parte de um ajuste fiscal mais equânime incluiriam a instituição de imposto sobre grandes fortunas, o aumento das alíquotas nos impostos que recaem sobre heranças, doações e transmissão de bens e propriedades, a revisão da tabela de imposto de renda para aumentar a tributação das rendas mais elevadas, maior taxação dos ganhos especulativos no mercado financeiro, entre outros. Ou seja, seria possível promover um ajuste com medidas de curto e médio prazos na área tributária e que seguisse um princípio de aumentar a justiça fiscal no país. Mas, ao contrário, o Brasil, um dos recordistas em concentração de renda, insiste em aprofundar essa situação via sistema tributário regressivo em relação à renda e à propriedade.

Do lado das despesas, um ajuste que viabilize o crescimento com distribuição de renda e superação da pobreza requer algumas diretrizes:

A) a manutenção e ampliação dos investimentos públicos, consubstanciados no PAC e em outros programas de investimento em infraestrutura social e econômica;

B) programas que fortaleçam a capacidade produtiva interna e o desenvolvimento tecnológico, a fim de propiciar ganhos de produtividade no médio e longo prazos; a capacidade de financiamento do BNDES é estratégica nesse sentido, bem como a atenção para as micro e pequenas empresas em termos de crédito, assistência técnica e gestão;

C) a preservação da Petrobras e das empresas do setor de infraestrutura, com sua capacidade tecnológica e seus empregos, punindo-se os culpados objeto na operação Lava Jato;

D) criar mecanismos especiais, rápidos e suficientemente robustos para preservar a capacidade operacional da engenharia nacional e competência técnica e gerencial, preservando-se as empresas nacionais;

E) investimentos orientados para o desenvolvimento da infraestrutura urbana para animar as atividades de micro e pequenos negócios, em centros revitalizados; descentralização das atividades econômicas nas grandes metrópoles, combinada com a distribuição no espaço do atendimento às necessidades sociais e econômicas;

F) uma solução política e econômica para o financiamento da dívida pública que leve à redução do custo de rolagem;

G) o investimento na gestão das políticas públicas que levem ao aperfeiçoamento permanente da cobertura, do acesso e da capacidade de coibir fraudes e distorções.

As MPs, de imediato, geraram uma reação negativa do movimento sindical, pois, apesar de tratar de matéria de interesse social, que diz respeito a considerável parcela da população trabalhadora, não houve prévia negociação com as centrais sindicais, que representam o principal segmento atingido pelas mudanças. A reação fez o governo buscar um entendimento com as centrais, o que resultou na definição de uma pauta de negociações que visa tratar dos temas sem o viés fiscalista. Ou seja, as centrais pretendem discutir os temas subjacentes, como o da alta rotatividade no emprego e a estruturação do sistema público de emprego, além das regras da previdência social e da informalidade.

Este caso ilustra como o diálogo social poderia ser o método para o desenho de políticas de ajuste fiscal que contemplem os demais objetivos sociais e econômicos e que gere compromissos dos demais atores sociais com as mudanças que eventualmente sejam necessárias.

O ousado projeto de construção de um Estado de bem-estar social inaugurado com a Constituição de 1988, único no hemisfério sul, corre o risco de, por razões conjunturais, ser interrompido, apesar dos problemas sociais, a exclusão social e a desigualdade de renda imperante no país. Pelo mesmo motivo, há necessidade de se tomar providências urgentes para voltar a crescer. O cuidado com as finanças públicas é importante, mas o país precisa retomar o crescimento, porque, sem ele, é muito mais difícil distribuir riqueza e aprofundar as políticas públicas de redução das desigualdades e inclusão social. No entanto, iniciamos o ano caminhando no sentido contrário a esses objetivos.

Entrevista
Raul Velloso

Revista Economistas:

O senhor fala da inevitabilidade do ajuste fiscal. Quais razões tornam o ajuste fiscal necessário no Brasil?

A INEVITABILIDADE DO NOVO AJUSTE FISCAL

Para melhor entender o contexto em que se insere o atual esforço de ajuste fiscal, é preciso voltar atrás e recordar os principais elementos do modelo de impulsão econômica que vinha sendo adotado como guia desde 2003.

Beneficiado pelos ajustes da fase anterior, o governo que tomou posse naquele ano passou a apertar o gatilho dos fatores de impulsão do consumo que se colocavam à sua frente, ou seja, aumento das transferências públicas, salário mínimo -- que afeta fortemente as próprias transferências – e o crédito. Na sequência, subiriam os salários de mercado, uma mera consequência. Além disso, havia a perspectiva de uma crescente demanda externa por nossas commodities de exportação.

Até 2008, ano em que eclodiu a crise do subprime americano, aumentaram os preços, o emprego e a produção no setor de serviços e commodities relativamente à indústria, e a taxa de câmbio se apreciou fortemente. O aumento bem menos expressivo dos preços industriais e das commodities, quando medidos em reais, compensava o maior crescimento dos preços de serviços. Graças a isso, a inflação era mantida sob razoável controle.

Até ali, a razão entre o investimento e o PIB tinha aumentado de 14 para 18% do PIB, e o PIB passou a crescer à média de 4,5% ao ano, ante média de 2,7% ao ano em 1994-2002. Nesse mesmo período, a indústria conseguia resistir às mudanças que lhe eram desfavoráveis, graças ao aumento da produtividade da mão-de-obra registrado na mesma fase, em vista da capacidade ociosa herdada do período precedente. Enquanto em serviços e commodities o aumento de salários era facilmente absorvido pela situação de preços crescentes, o mesmo não ocorria na indústria, que enfrentava a forte competição dos fornecedores internacionais, notadamente da China. Nesse contexto, sua produção crescia abaixo dos demais setores, mas esse crescimento ficava próximo da média (ou seja, do próprio PIB).

RAUL VELLOSO

Economista bacharel pela UERJ, mestre pela FGV-Rio e Yale University, e Ph.D em Economia pela Yale University.

Em conjunto com outros resultados favoráveis, especialmente na área fiscal, onde o forte crescimento das receitas mais do que compensava o também elevado aumento dos gastos correntes, parecia que o funcionamento da economia brasileira entrava num círculo virtuoso. Só que as autoridades deixaram de visualizar que as tendências de aumentos de preços acima referidas uma hora se voltariam contra a competitividade da indústria, e prejudicariam sua evolução. Uma era a tendência ao aumento dos custos trabalhistas, e a outra, a tendência ao aumento dos preços dos serviços (setor esse que responde por cerca de 70% do PIB total), relativamente aos demais. Como em serviços não é possível trazer substitutos próximos de fora do país e, portanto, os preços são determinados pelo cruzamento das curvas internas de oferta e demanda, os choques de demanda tendem a se traduzir, no curto prazo, em aumentos de salários e de preços. E como nos demais – basicamente a indústria, deixando de lado as commodities – as importações são possíveis e a preços declinantes determinados internacionalmente, graças principalmente à invasão de produtos chineses, os repasses de aumentos de salários para os preços não são viáveis. Salários mais elevados só seriam absorvidos sem maiores problemas, se estivesse ocorrendo, passada a fase de capacidade ociosa, um igual aumento na produtividade da mão-de-obra industrial, algo pouco provável num país que investe pouco, tem alta carga tributária, infraestrutura precária e onde há baixo desenvolvimento tecnológico.

Esse movimento de preços retrata uma importante tendência à apreciação real da taxa de câmbio, criada por ações internas, e, portanto: (1) à menor competitividade local; (2) a maiores importações e (3) a déficits externos mais elevados, com óbvio impacto desfavorável sobre a indústria. Em adição à pressão pela apreciação cambial formada internamente, o forte aumento da demanda mundial e dos preços externos de nossas commodities de exportação, a outra face do efeito China - além da inundação de dólares nos mercados financeiros mundiais -, exerceu um papel também relevante no mesmo processo, que só não foi maior, pelas maciças intervenções do Banco Central no mercado de câmbio.

Em conjunto com outros resultados favoráveis, especialmente na área fiscal, parecia que o funcionamento da economia brasileira entrava num círculo virtuoso

Visto de outra forma, esse é o caminho pelo qual a economia de mercado, numa situação de poupança escassa (já que o modelo era voltado para o consumo), estabelece os incentivos para os recursos internos (mão-de-obra e capital) fluírem na direção do setor onde o aumento de demanda não pode ser atendido por importações, ou seja, o de serviços. Como os produtos do setor industrial são comercializáveis com o exterior, e seus preços têm estado constantes ou em queda lá fora, sua posição é a oposta, ou seja, a de ceder recursos tanto para o de serviços, como para o de commodities agrícolas e minerais, cujos preços também subiram nos anos recentes relativamente à indústria. Simultaneamente, aumentaria a parcela da demanda que é atendida por importações. Os maiores déficits externos resultantes teriam como contrapartida direta uma maior absorção de poupança oriunda do exterior e a possibilidade de se viabilizarem maiores taxas de investimento.

Além dos problemas de perda de competitividade da indústria que eram inerentes ao modelo pró-consumo, o cenário anterior, passado o auge da crise do subprime (2008-2009), começou a mudar para pior. Primeiro, os preços das commodities de exportação pararam de subir, ainda que a oferta de recursos externos continuasse abundante, algo que perdura até hoje pelo menos enquanto a postura expansionista dos principais bancos centrais do mundo se mantiver intacta. Depois, a produtividade da mão-de-obra parou de crescer, deixando de acompanhar o aumento dos salários. Terceiro, caiu o crescimento da demanda de investimento no país, especialmente no setor industrial, diante da perda crescente de competitividade desse setor, sem que houvesse uma compensação na evolução dos demais setores. Em contraste, o raciocínio do governo, até bem pouco, era de que bastaria os fatores de impulsão do consumo serem acionados, que os investimentos em geral responderiam a contento, impactando depois o próprio consumo via aumento da renda, e assim por diante, mantendo-se o círculo virtuoso.

A taxa de investimento foi afetada negativamente em áreas importantes dos setores de serviços e commodities pelas políticas de controle de preços básicos como energia elétrica e petróleo

É fato que o governo adotou um sem-número de desonerações tributárias para proteger adicionalmente a indústria e também impulsionar o consumo. Em adição, passou a conceder empréstimos subsidiados e maciços especialmente via BNDES, com desembolsos concentrados no setor industrial. Em que pese isso, depois de ter dobrado em 2003-2008, passando de 25 para 50% do PIB, a relação entre o total das operações de crédito e o PIB passou a crescer menos, do lado privado, principalmente pelo aumento dos índices de inadimplência, que dificilmente deixaria de ocorrer após tantos anos de aumento descontrolado dessas operações.

A taxa de investimento foi afetada negativamente em áreas importantes dos setores de serviços e commodities pelas políticas de controle de preços básicos como energia elétrica e petróleo, além do achatamento das tarifas de ônibus e pedágios, no setor de serviços de transportes. Essas políticas foram adotadas em parte para tentar proteger a indústria, prioridade setorial máxima, em parte para contrabalançar o efeito da subida da taxa de câmbio na inflação, subida essa determinada em certos momentos pelo governo ao Banco Central, numa outra tentativa de compensar a indústria por suas perdas.

Finalmente, deve-se salientar que, a despeito de todas as medidas de proteção, a produção industrial está estagnada desde 2009 e a taxa de investimento global, idem. Ou seja, os fatores de impulsão do modelo pró-consumo vêm perdendo gradativamente sua força e as tentativas de recuperar, com políticas específicas, a competitividade do setor industrial não têm sido capazes de impedir sua perda de dinamismo. Só que tais políticas têm desestimulado os investimentos privados em setores em tese ganhadores e onde a ingerência do governo é maior, como na área de serviços de transportes. Ali, o governo hesita entre: (1) desejar que esses investimentos se materializem, e (2) querer que se materializem as menores tarifas (e taxas de retorno) imagináveis, para agradar a indústria e os consumidores em geral no curto prazo, além de saciar seu apetite estatizante, o que é obviamente contraditório, ao final terminando por desestimulá-los. Na sequência, isso contribuiu, adicionalmente, para a redução do crescimento do PIB.

Outro efeito colateral é que as desonerações tributárias têm pressionado para baixo a arrecadação de tributos, contribuindo para a queda dos resultados fiscais primários (excedentes de caixa antes de pagar juros). Na verdade, o grande fator de deterioração recente da situação fiscal do país é a própria queda no crescimento do PIB, pois dela deriva a maior parcela da queda da arrecadação e dos resultados fiscais. Como a despesa é muito rígida no curto prazo, dificilmente sairemos da atual enrascada fiscal se não trilharmos o caminho da recuperação do crescimento dos investimentos e do PIB. O candidato natural para liderar o processo de retomada dos investimentos é o setor de infraestrutura, onde se tem o ganho adicional de aumento da produtividade geral da economia, e onde as carências são muito óbvias. Trata-se, antes de mais nada, de tornar a atividade atrativa ao setor privado, já que há uma ampla oferta de recursos no mundo todo para viabilizar sua expansão, algo para o que o governo ainda não abriu suficientemente os olhos.

Assim, o encolhimento industrial brasileiro é um problema mais complicado do que possa parecer à primeira vista, e não deve ser tratado apenas com medidas paliativas de alto custo como as que foram tomadas até agora, que criam mais problemas que soluções. Sem medidas sustentáveis de melhoria da produtividade setorial, a tendência ao encolhimento da indústria é inevitável em modelos voltados para a expansão do consumo, como o que vem sendo

adotado no Brasil. A adoção de políticas destinadas a compensar perdas incorridas pelos segmentos afetados negativamente nesse processo e o incompreensível viés anti-investimento-privado presente na gestão das concessões de serviços públicos trouxeram novas distorções e problemas que, em algum momento, terão de ser atacados, e envolverão a distribuição de elevados ônus junto à sociedade. No primeiro caso, destaca-se a indústria de transformação, onde, a despeito do custoso apoio recebido, o peso no PIB encolhe a olhos vistos. Já no segundo, há tanto a gigantesca conta que foi criada pelos equívocos da política energética, ainda sem responsabilidade bem definida, como a ampliação dos problemas da infraestrutura de transportes devido à inoperância governamental, com óbvios custos adicionais aos usuários e efeitos negativos sobre a produtividade geral da economia. É de se estranhar que o governo não sinalize qualquer encaminhamento novo em relação a esses problemas, registrando-se que eles foram praticamente ignorados nos debates da campanha presidencial, limitando-se a responsabilizar exclusivamente o atual comportamento da economia mundial por nossas mazelas.

A derrocada fiscal, que decorre do agravamento dos problemas crônicos da área e das novas pressões que surgiram, é a face mais visível da crise econômica que vivemos, pelo desarranjo geral que dela poderá decorrer. Os resultados fiscais de todas as esferas vêm há algum tempo se deteriorando de forma sistemática, levando a projeções ascendentes da relação dívida pública/PIB para os próximos anos, a exemplo de outros momentos igualmente difíceis do passado recente. A se manterem as pressões sobre os gastos, e como é difícil de enxergar um caminho de retomada do crescimento econômico e da arrecadação, a questão fiscal se torna mais uma vez a preocupação central do país. O risco de perda do grau de investimento concedido pelas agências de risco internacionais é muito alto, e isso levaria ao isolamento do Brasil e a uma taxa de crescimento econômico menor.

Foi em reação a tudo isso que o governo, em parte reconhecendo fracassos, mas numa clara e contundente manifestação de instinto de sobrevivência política, nomeou Joaquim Levy, um ministro da Fazenda de postura e história diametralmente opostas às da administração anterior, cujo discurso inaugural previu: 1) maior transparência na área fiscal; 2) adoção do conceito - mais adequado - de dívida bruta para avaliar a evolução da dívida pública; e 3) metas de superávit fiscal primário, que perseguirá tenazmente, de 1,2% do PIB em 2015 e de no mínimo 2% do PIB nos dois anos subsequentes, ante a perspectiva de um resultado pífio este ano.

O nome de Levy é suficientemente forte para ter provocado uma reação inicial favorável, mas perduram dúvidas atrozes diante de muita incerteza sobre a evolução de variáveis ou decisões críticas. Ocorrerá alguma mudança relevante no modelo do crescimento do gasto? O PIB pode crescer mais e turbinar a arrecadação? O governo consegue aprovar aumento da carga de impostos se isso se tornar imperioso para cumprir as metas? A presidente manterá o apoio ao ministro? Nesses termos, os analistas da área correm para "rodar" suas planilhas, a fim de verificar se essas metas são factíveis sob as condições subjacentes nas quais acreditam, e surgem mil dúvidas.

Penso que a Levy não resta outra escolha e ele sabe disso: terá de cumprir a meta de 2015 e o governo terá de apoiá-lo nisso. Sua demissão é um evento de difícil viabilidade, podendo sinalizar degringolada.

Só que é preciso também examinar em que medida o resto do modelo econômico poderá se modificar no Dilma II, em parte para reduzir a pressão sobre a área fiscal, mas também para construir um novo caminho com vistas a um maior crescimento da economia, peça-chave de qualquer estratégia macroeconômica que for traçada a partir de agora. É aqui que entra a correção dos erros existentes na área de infraestrutura, que terá de ser o carro-chefe da estratégia de expansão dos investimentos e do PIB. Será imperioso nomear outros Levys, que dominem o funcionamento dos segmentos respectivos, mesmo que não sejam políticos, e que atuem de forma bem articulada com a área econômica do governo e com o setor privado, peça-chave do processo.

PERGUNTAS ADICIONAIS SOBRE A QUESTÃO FISCAL

REVISTA ECONOMISTAS:

Ao buscar estimular a atividade econômica, o governo ampliou a concessão de isenções e desonerações fiscais e créditos subsidiados, através do BNDES, desfalcando o caixa do Tesouro. Houve excessos por parte do governo nessas concessões? Essas medidas devem ser revistas?

CLEMENTE GANZ:

Primeiramente, as políticas de estímulo econômico foram positivas e se traduziram na rápida recuperação do crescimento econômico ainda em 2009 e em 2010, diante de uma profunda crise internacional. Essas medidas tiveram um objetivo importante de estimular a atividade econômica e o investimento no setor privado. Este, entretanto, não respondeu a contento e parte dos benefícios fiscais pode ter vazado para o exterior em um contexto de câmbio valorizado. Há evidências de que estes estímulos contribuíram para o emprego, a formalização e a renda dos trabalhadores. Talvez a ênfase nos estímulos ao setor privado pudesse ser melhor balanceada com a necessidade de aumentar os investimentos públicos. Devido à situação fiscal, que se deteriorou significativamente em 2014, é natural que se revise estas medidas para adequá-las ao novo cenário. No entanto, é preciso ter cautela pois os impactos de mudanças radicais podem ser até mesmo contraproducentes para os objetivos de geração de receitas fiscais e retomada do crescimento no mais curto espaço de tempo possível.

RAUL VELLOSO

Sim, houve excessos. Como se vê, por exemplo, pela queda forte e rápida da taxa de crescimento da arrecadação de tributos e contribuições, fechando num valor negativo em 2014, e o crescimento da produção industrial cada vez menor. Pelos fracassos todos, especialmente o desajuste fiscal, elas devem ser revistas.

REVISTA ECONOMISTAS

Os gastos com juros da dívida pública são o principal componente do déficit nominal brasileiro e vêm crescendo, devendo aproximar-se de R$ 300 bilhões em 2015. Como explicar que Portugal, com dívida pública líquida de 118,5% do PIB tenha um custo de financiamento de 3,8% do PIB e que no Brasil, com dívida pública líquida de 35%, este custe chegue a 6% do PIB? Como conter e reduzir tais gastos?

CLEMENTE GANZ

Há vários fatores que são apontados para explicar este fenômeno. Vale destacar um deles: a alta concentração da riqueza na forma de capital financeiro em nosso país. Temos um setor bancário extremamente concentrado, que financia a maior parte da dívida pública e que, com isso, exerce um poder econômico e político enorme. Tanto é assim que o governo tentou reduzir a taxa básica de juros, mas a pressão contrária falou mais forte e essa tentativa acabou fracassando. Um ponto importante para reverter esta situação, portanto, seria dotar o mercado financeiro brasileiro de maior concorrência, estimulando a criação de novos bancos e regulando mais fortemente o controle do mercado bancário. A preservação do papel e da força dos bancos públicos é necessária para fazer contraposição ao capital financeiro privado. Além disso, há que se citar questões como o regime de metas em bases anuais, que torna necessário altas fortes nos juros em prazos curtos; a indexação dos títulos públicos à inflação; o balizamento da política monetária pelas opiniões de representantes de instituições financeiras; entre outros.

RAUL VELLOSO

Isso acontece porque o risco deles é menor que o nosso e, portanto, pagam juros menores. O Brasil precisa de uma vez por todas mudar a sua postura na área fiscal, abandonando a prática de oscilar anos de bom comportamento com anos de déficits públicos elevados, para ganharmos confiança dos mercados e podermos reduzir as taxas que pagamos por nossa dívida pública.

REVISTA ECONOMISTAS

Nosso modelo tributário é sabidamente regressivo. A maior carga dos tributos incide sobre a produção e o consumo, reduzindo a produtividade de nossa economia e inibindo nossa competitividade, ficando a renda e a riqueza isentas de maior tributação. A tão decantada reforma tributária não deveria começar pela mudança do modelo tributário? Isso é politicamente factível?

CLEMENTE GANZ

Sim, uma reforma tributária deveria rever a composição da carga tributária segundo a base de incidência, para reduzir o peso dos impostos indiretos e aumentar o dos impostos diretos. Além do Imposto de Renda, que pode ser revisto, é preciso ampliar a tributação da riqueza, das grandes fortunas e da herança. Claro que a ideia de simplificar o sistema tributário é também importante, mas a estrutura regressiva dos impostos afeta a demanda agregada e a capacidade de poupança das famílias de menor renda. Uma reforma ampla seria a oportunidade também de se repensar a tributação do trabalho para financiamento de políticas e programas sociais, a previdência e a formação profissional, compatibilizando-as com objetivos de elevação da produtividade, da competitividade e da geração de empregos. No entanto, o problema parece ser justamente o da viabilidade política. Uma reforma com este escopo afeta um conjunto muito amplo de interesses, o que dificulta a construção de consensos. A alternativa de uma reforma fatiada parece mais fácil, mas gera o risco de perda de foco, de prioridade e dos objetivos a que se pretende alcançar no final do processo.

RAUL VELLOSO

Isso é verdadeiro, mas enquanto tivermos de gastar todo o tempo disponível das autoridades da área buscando novas formas de tributar, não dá para avançar nada em reforma tributária. Antes será preciso cortar gastos para não precisar tanto da arrecadação tributária.

Artigo
Ricardo Amorim

#RUIMPRAQUEM?

Em meu trabalho como consultor estratégico e financeiro, e também como palestrante, tenho a oportunidade de interagir com pessoas e empresas de todos os setores da economia brasileira. Desde o Plano Collor, há 25 anos, não observo tanta preocupação, pessimismo e até medo com a situação do país. Razões não faltam. Às denúncias cada vez mais aterradoras da Operação Lava-Jato, somam-se prováveis racionamentos de água e energia elétrica. Não fossem as mudanças metodológicas recém implementadas, o PIB cairia pelo segundo ano seguido em 2015. Nunca antes na história deste país...

Muito mais grave do que a própria crise econômica, vivemos uma crise moral. Segundo o jornal norte-americano New York Times, os desvios na Petrobras são o maior caso de corrupção da história do planeta. Dezenas de congressistas e ex-ministros de Estado estão sob investigação judicial com suspeitas de corrupção. O Judiciário, supostamente o último bastião da legalidade no país, exibiu o passeio de Porsche do juiz que investigava o caso Eike Batista.

Enquanto o Governo pede sacrifícios à população e aumenta impostos, o Congresso expande os benefícios dos congressistas e aumenta os próprios salários e os dos poderes Executivo e Judiciário.

No ideal democrático, o Estado serve à sociedade. No Brasil real, esses episódios e seus protagonistas parecem servir a interesses próprios e roubam a razão de ser do Estado; mais grave ainda, estes grupos roubam o nosso orgulho de sermos brasileiros e nossa capacidade de acreditar no próprio país. Na opinião de muitos, em poucos anos, o Brasil passou do país em que o futuro parecia estar chegando ao país sem solução, eternamente condenado ao fracasso.

Corrupção, impunidade e impotência alimentaram uma desesperança de proporções inimagináveis. Variações da frase "O Brasil não tem mais jeito" são cada vez mais comuns; notícias de brasileiros deixando o país em números que não se viam há décadas, também.

RICARDO AMORIM

SÃO AS CRISES QUE TRAZEM OPORTUNIDADES

É óbvio que um cenário assim traz enormes desafios. Menos óbvio, ele também traz muitas oportunidades nos mais diferentes setores da sociedade.

Nos períodos de vento favorável, o barco se move rapidamente sem que tenhamos de cuidar de suas velas. Tornamo-nos displicentes, preguiçosos e acomodados. Com a economia crescendo em média 5% a.a. entre 2004 e 2008, dezenas de milhões de brasileiros sendo incorporados aos mercados de trabalho e de consumo, e a demanda por produtos brasileiros no exterior batendo recordes, os salários subiam acima da inflação, os lucros das empresas cresciam em ritmo acelerado e os desequilíbrios crescentes das contas públicas pareciam pouco importantes.

O cessar dos ventos e do cresci-

mento expôs a insustentabilidade destas situações. Salários só continuam subindo acima da inflação se a produtividade cresce. Para ganhar mais, o trabalhador tem de produzir mais. Caso contrário, seu produto ou serviço ficará cada vez mais caro e acabará não sendo mais comprado, sua empresa perderá dinheiro e o trabalhador, o seu emprego. Sem nenhum programa nacional amplo e profundo de automação e qualificação de mão de obra para acelerá-la, a produtividade no país estagnou desde 2011. Pior, a indústria, o setor mais mecanizado e produtivo da economia, foi o mais penalizado pela política econômica dos últimos governos que estimulava consumo, mas desestimulava produção.

No dia 2 de agosto de 2011, o governo lançou o Programa Brasil Maior, voltado a aumentar a competitividade da indústria por meio de maior intervenção governamental. Desde então, a indústria encolheu e recentemente teve o menor nível de produção em mais de 10 anos. Agora, o PIB também está encolhendo. Chegamos ao cúmulo de, se o Brasil parar, a situação melhora. No momento, andamos para trás.

Quando o ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, tomou posse há nove anos o Brasil tinha um superávit na balança comercial de produtos manufaturados de US$20 bilhões. Quando deixou o governo, há meses, o país tinha um déficit de US$120 bilhões.

À desindustrialização e ao desequilíbrio das contas externas, somam-se o pior resultado fiscal, a maior inflação em mais de uma década e a queda do PIB. Os problemas atuais não foram criados agora, foram semeados nos anos de fartura, quando havia demanda aquecida e preços elevados das commodities agrícolas e minerais que o Brasil tanto exporta.

Da mesma forma, os resultados positivos dos ajustes que hoje são inadiáveis transcenderão, e muito, o momento atual. Na bonança, semeamos os problemas futuros; nas crises, plantamos as soluções, os avanços, as melhoras.

Por exemplo, foi só em resposta à crise da desvalorização do Real em 1999 que ameaçava levar o Brasil à insolvência, que foi feito nosso único ajuste fiscal significativo dos últimos 25 anos e que foram aprovados o projeto de autonomia do Banco Central e a Lei de Responsabilidade Fiscal - que permitiram que o crescimento se acelerasse alguns anos depois, quando as condições externas melhoraram.

OPORTUNIDADES PARA MELHORARMOS A ATUAÇÃO DO ESTADO

Para o Estado brasileiro, a crise atual deixa ao menos três frentes de ajustes e correções.

Primeiro, planejamento e gestão são imprescindíveis se não quisermos viver novas crises hídrica, hidrelétrica e outras. Chega de só reagirmos aos problemas econômicos e tratarmos suas consequências. Temos de antecipá-los e cuidar de suas causas, criando um ambiente de negócios favorável a investimentos e planejamento de longo prazo, através de regulamentações econômicas claras, estáveis e que reduzam a burocracia no país.

Um exemplo de que isto é possível foi a recente implementação do programa para facilitar e acelerar o fechamento de empresas no país e o anúncio de que, em meses, o processo de abertura de empresas também será simplificado, reduzindo o tempo médio de quase 120 dias para 5 dias. Facilitar a abertura e o fechamento de empresas estimulará o empreendedorismo, contribuindo para a geração de empregos, a inovação e o crescimento.

Segundo, um Brasil mais competitivo, rico e justo requer um Estado menor, menos oneroso à sociedade e mais eficiente. Só assim sobrarão recursos para reduzir nossa colossal carga tributária, aumentar os investimentos em infraestrutura, educação e saúde e diminuir as necessidades de financiamento do governo, criando condições para termos taxas de juros mais baixas e, por consequência, atrairmos menos capital especulativo e termos uma taxa de câmbio mais competitiva. A reação da sociedade, que forçou o Congresso a voltar atrás na decisão de pagar as passagens de seus cônjuges com dinheiro público, mostra que a sociedade não tolera mais desmandos e mostra que opor-se a eles dá, sim, resultados.

Terceiro, combater implacavelmente a corrupção é função de todo e qualquer nível e esfera de governo e deve ocorrer em ao menos três frentes. Para diminuir o volume de recursos acessível aos mal intencionados, precisamos reduzir o tamanho do Estado, sua participação direta na economia e os impostos. A transparência das contas e negócios do setor público deve ser total para que a corrupção seja mais difícil. Por fim, quando ocorrer, as punições têm de ser draconianas.

OPORTUNIDADES PARA AS EMPRESAS

Nas empresas, no período de bonança, muitas esqueceram seus propósitos e focaram apenas em ganhos fáceis de curto prazo. Várias foram atrás de uma mesma oportunidade, de um mesmo cliente. Em tempos de vacas gordas, engordaram todos, até que a carne acabou.

Muitas empresas perderam o foco nos fatores que as trouxeram até ali e que garantiriam seu crescimento sadável, como inovações, melhoria de processos, produtos e serviços, atenção às necessidades dos clientes e qualificação e geração de oportunidades para os seus colaboradores. Algumas se alavancaram financeiramente de forma irresponsável, tornando-se agora vulneráveis a elevações de custo e menor disponibilidade de fontes de financiamento. Outras apostaram em relações privilegiadas com o governo como suposto diferencial competitivo e hoje se veem órfãs.

As empresas que se perpetuam são aquelas capazes de sobreviverem e se fortalecerem em ambientes desafiadores. Nos períodos de seca, os erros das épocas de abundância e suas consequências são expostos. Se corrigidos energicamente, o sucesso das empresas estará garantido. Caso contrário, a própria sobrevivência da empresa estará em risco.

Na prática, algumas empresas sairão fortalecidas, outras falirão ou serão adquiridas por concorrentes mais eficientes e em situação financeira mais favorável. Aliás, boa parte das oportunidades de ganho de participação de mercado – de forma orgânica ou via aquisições – e expansão de margens que as empresas mais eficientes de cada setor terão nos próximos anos só existirão em função da crise econômica, que fragilizará e até eliminará alguns de seus concorrentes. Em um ambiente de competição mais reduzida após a crise – que inevitavelmente, terminará em algum momento – as empresas mais fortes e eficientes acabarão se beneficiando.

Como estar entre as vencedoras? Fundamentalmente, evitando dívidas e riscos excessivos – que nos momentos favoráveis muitas vezes parecem oportunidades irresistíveis para aumentar os lucros – e criando uma cultura de inovação que permita que a empresa se adapte o mais rapidamente possível a mudanças do ambiente econômico, do comportamento dos clientes ou da concorrência em sua área de atuação.

Com esta abordagem, até a crise hídrica e a crise hidrelétrica se convertem em grandes oportunidades. Por exemplo, em 1987 a Brasilata, uma empresa de embalagens metálicas, implantou um programa pedindo sugestões de melhorias a todos os seus funcionários, estimulados a pensarem como "inventores". Em 2001, quando ocorreu o último racionamento de energia elétrica no país, as sugestões para reduzir o consumo de eletricidade foram tão eficientes que a empresa – altamente intensiva no uso de eletricidade, como todas no setor – foi capaz não apenas de manter o nível de produção inalterado, apesar de uma redução de 20% da oferta de energia, mas ainda sobrou energia que foi vendida ao mercado a preços atrativos, impulsionando os resultados da empresa. Outra medida do sucesso do programa é que, em 2008, cada "inventor" propôs, em média, 145 melhorias de processos, serviços e produtos para a empresa.

Na crise atual, especificamente, há uma solução que todas as empresas deveriam explorar: aumentar seu grau de automação. Há mais de dez anos, os salários vêm subindo mais do que a inflação no Brasil. Até 2010, a alta da produtividade compensava o aumento de custos salariais para a empresa e o trabalhador, com mais dinheiro no bolso, podia consumir mais, ajudando a economia a se movimentar e o país a crescer. Desde 2011, os salários continuaram em alta, mas a produtividade não, reduzindo a competitividade das empresas, que foram perdendo mercados para concorrentes em outros países. A solução para que as empresas não sejam elas mesmas forçadas a levar a produção para fora do país, como tem sido cada vez mais comum, é ter menos e melhores funcionários e mais e melhores equipamentos, hardware e software, que atualmente podem ser financiados a taxas de juros menos onerosas do que no passado. A elevação da carga de encargos trabalhistas por conta das novas medidas econômicas do governo só reforça este processo.

OPORTUNIDADES PARA VOCÊ

Mais cedo ou mais tarde, a alta dos salários acima do crescimento da produtividade levará as empresas a substituir funcionários por máquinas. Somando isso a um crescimento econômico mais lento e à redução dos benefícios de auxílio desemprego, a taxa de desemprego aumentará neste ano e, talvez, ainda no próximo.

Maior automação revolucionará vários setores, criando oportunidades para alguns e riscos para outros. Muitos perderão seus empregos, mas muitos outros, agora contando com melhores processos, equipamentos e aplicativos, produzirão e ganharão mais do que antes.

Essencialmente, para que as crises sejam oportunidades, cada um de nós tem de ter uma preocupação constante em ser hoje melhor do que era ontem.

Para começar, saiba qual é seu propósito e desenvolva constantemente seus diferenciais para poder atingi-lo. Quais os seus? De que forma só você consegue ajudar seus clientes a atingirem o que estão buscando? O que você faz melhor do que os outros? O que o torna único aos olhos do seu chefe e de seus clientes? Por exemplo, minha empresa, a Ricam Consultoria, e eu temos como propósito melhorar a vida das pessoas, transformando a compreensão da Economia em um instrumento de tomadas de melhores decisões tanto para as empresas quanto para as pessoas. Segundo os feedbacks que recebemos de nossos clientes, fazemos isto, tornando Economia um assunto simples, interessante e, principalmente, útil. Estes são nossos diferenciais. Ao perceberem que entender o que está acontecendo e acontecerá na economia é não apenas possível, mas pode ser fácil, divertido e cria um grande diferencial competitivo para cada pessoa e empresa no desenvolvimento e implementação de suas estratégias, abordagens de mercados e desenvolvimento de produtos e serviços, tornando-os melhores do que seus concorrentes, aconteceu o que parecia impensável para muitos deles. Passaram até a gostar de Economia.

Já sabe o seu propósito e quais seus diferenciais para alcançá-lo? Ainda não? Então, pesquise, prepare-se e estude. Aproveite a crise, tenha um propósito claro, vá à luta e desenvolva seus diferenciais.

Se o governo, as empresas e cada um de nós aproveitarmos as oportunidades trazidas pela crise, este momento difícil não terá sido perdido. Alguns vão até lembrá-lo com muito carinho.

Ricardo Amorim é apresentador do Manhattan Connection da Globonews, colunista da revista IstoÉ, presidente da Ricam Consultoria, único brasileiro na lista dos melhores e mais importantes palestrantes mundiais do Speakers Corner e economista mais influente do Brasil segundo a revista Forbes internacional e uma das 100 pessoas mais influentes do Brasil segundo a Forbes Brasil.

Siga-o no Twitter: @ricamconsult.

Artigo
Sérgio Gobetti

RADIOGRAFIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS:
menos ideologia e mais atenção aos dados

A situação fiscal brasileira se deteriorou nos últimos anos, tanto por fatores estruturais quanto conjunturais, tanto na esfera central, quanto na estadual e municipal. O resultado primário do setor público caiu de um superávit de 3,8% do PIB em 2008 para um déficit de 0,6% do PIB em 2014, enquanto a conta de juros nominais líquidos cresceu de 5,3% para 5,6% do PIB, depois de ter caído para 4,5% em 2012.[1]

Trata-se de uma piora significativa, não há dúvida, mas o que a explica e o que podemos e devemos fazer para revertê-la? O primeiro passo para responder essa questão é procurar se despir de preconceitos ideológicos e analisar com cuidado as estatísticas fiscais, decompondo o resultado primário das administrações públicas entre receitas e despesas, o que faremos a partir de um trabalho minucioso de garimpagem de dados realizado nos últimos anos em parceria com o economista Rodrigo Orair, do IPEA.

O resultado desse trabalho de coleta de dados e depuração das estatísticas fiscais está refletido nas tabelas que apresentarei ao longo desse artigo. E para entender o que ocorreu nos últimos quatro anos é preciso regredir mais no tempo, comparando o comportamento dos indicadores fiscais desde a introdução do regime de metas, em 1999.

Antecipando algumas conclusões, podemos dizer que o período dos últimos 16 anos – e quatro mandatos presidenciais – está dividido em dois ciclos: um de contração fiscal (1999-2006), correspondendo aos governo FHC II e Lula I, e outro de expansão fiscal (2007-2014), nos governos Lula II e Dilma I.

Por contração fiscal denominamos o aumento do superávit primário em termos estruturais (ou seja, descontando o efeito do ciclo econômico e de receitas extraordinárias) e por expansão o contrário, ou seja, a redução do esforço fiscal. Ocorre que as contrações/expansões podem ser processadas de distintas formas, com aumento/redução de carga tributária ou redução/aumento de gastos. E cada uma dessas opções tem efeitos diferentes sobre o desenvolvimento econômico do país.

No caso do governo central, por exemplo, verificamos pelos dados da Tabela 1 que a contração fiscal foi marcada principalmente por aumento de carga tributária e, em segundo plano, pelo corte de investimentos ou custeio, sendo o corte de investimentos parcialmente revertido nos últimos anos de cada mandato. Ou seja, pela via do aumento de impostos e do corte de gastos de capital e de custeio, processou-se o aumento do superávit primário nos primeiros anos do regime de metas.

Já o ciclo de expansão fiscal posterior, entre 2006 e 2014, se deu pela via das desonerações tributárias (embora a carga tributária, em proporção do PIB, tenha se mantido relativamente estabilizada, oscilando conforme o ciclo econômico) e, principalmente, pelo aumento dos gastos, predominando o aumento dos investimentos no governo Lula II e os subsídios (como os do Minha Casa Minha Vida) e despesas de custeio em Dilma I.

1. O superávit de 2008 aqui referido não considera o efeito do fundo soberano, como nas estatísticas do Banco Central, por tartar-se de operação meramente contábil.

SÉRGIO WULFF GOBETTI

Doutor em Economia e Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA

TABELA 1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL - 1998, 2002-2014 (% PIB):

	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Receita Primária	18,2%	21,5%	20,7%	21,4%	22,5%	22,6%	22,8%	23,1%	22,2%	21,7%	22,6%	22,5%	22,7%	21,8%
d/q não-recorrentes	0,9%	0,6%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,2%	0,7%	0,1%	0,4%	0,3%	0,7%	0,4%
Receita tributária	11,3%	14,8%	14,1%	14,7%	15,4%	15,1%	15,4%	15,2%	13,7%	13,7%	14,3%	14,0%	14,2%	13,6%
Receita previdenciária	4,6%	4,8%	4,7%	4,8%	5,0%	5,1%	5,2%	5,3%	5,5%	5,5%	5,6%	5,8%	5,8%	5,8%
Demais	2,4%	1,9%	1,9%	1,9%	2,1%	2,3%	2,2%	2,6%	3,0%	2,6%	2,7%	2,7%	2,8%	2,5%
Transferências/Doações	2,8%	3,8%	3,5%	3,4%	3,9%	3,9%	3,9%	4,3%	3,8%	3,6%	3,9%	3,8%	3,7%	3,8%
Receita Líquida	15,4%	17,7%	17,2%	18,0%	18,6%	18,7%	18,9%	18,8%	18,4%	18,1%	18,7%	18,7%	19,0%	18,0%
Despesa total	14,6%	15,6%	15,0%	15,5%	16,2%	16,7%	16,8%	16,0%	17,2%	16,9%	16,6%	17,0%	17,5%	18,3%
Pessoal	4,4%	4,8%	4,4%	4,3%	4,2%	4,4%	4,3%	4,2%	4,6%	4,3%	4,1%	3,9%	3,9%	4,0%
Benefícios sociais	5,9%	6,7%	7,1%	7,6%	8,0%	8,3%	8,3%	7,9%	8,5%	8,2%	8,2%	8,6%	8,9%	9,3%
Subsídios (inclui MCMV/CDE)	0,3%	0,2%	0,4%	0,3%	0,5%	0,4%	0,4%	0,2%	0,2%	0,2%	0,4%	0,5%	0,6%	0,6%
Custeio	3,0%	2,9%	2,6%	2,6%	2,8%	2,8%	2,9%	2,6%	2,7%	2,8%	2,7%	2,8%	3,0%	3,2%
Investimentos	0,9%	0,8%	0,3%	0,5%	0,5%	0,6%	0,7%	0,8%	1,0%	1,1%	1,0%	1,0%	0,9%	1,1%
Inversões financeiras	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Banco Central	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%

Contudo, tais fatos não explicam toda a queda do superávit primário no período recente, nem toda a história por trás dos resultados fiscais desde 1999. Um dos traços mais marcantes dos últimos 16 anos é que em todo o período analisado, seja nas contrações, seja nas expansões, o gasto com benefícios sociais cresceu ininterruptamente. Tais gastos incluem quatro tipos de benefícios: os do INSS (aposentadorias, pensões e auxílios), os da Lei Orgânica da Assistência Social (salário mínimo a idosos e deficientes físicos), os do Seguro-Desemprego e Abono Salarial e, finalmente, os dos programas de transferência de renda associados ao Bolsa Família (e antecessores).

O gasto com esses benefícios passou de 5,9% do PIB em 1998 para 6,7% do PIB em 2002, 8,3% do PIB em 2006 e 9,3% do PIB em 2014. Ou seja, em 16 anos tivemos uma expansão de 3,4 pontos porcentuais do PIB com o pagamento desses benefícios, correspondendo a 92% da expansão da despesa primária do governo central.

Portanto, apesar dos ciclos da economia e da política fiscal, que fizeram o investimento/custeio ora cair ora aumentar, o agregado da despesa pública do governo central excluindo os benefícios sociais chegou em 2014 mais ou menos no mesmo nível, em proporção do PIB, do que estava em 1998. Os investimentos são um pouco maiores, o custeio também, a despesa de pessoal é bem menor e os subsídios maiores.

O que mudou substancialmente, ao longo de 16 anos, foi o patamar tanto dos benefícios sociais quanto da carga tributária para financiá-los. E esse persistente e acentuado crescimento da despesa com benefícios sociais mostra que ele independe relativamente de políticas de governo, estando condicionado por fatores estruturais que tem sua origem no chamado contrato social firmado na Constituição de 1989. Governo A ou B pode ter aprofundado os programas de transferência de renda, pode ter sustentado políticas de aumento real do salário mínimo, mas o fator-chave por trás do aumento da despesa tem sido, principalmente, o crescimento do número de beneficiários a uma taxa superior a 4% ao ano, o que tem relação com os direitos estabelecidos na Constituição e na legislação.

Não é à toa que o único período em que o gasto com benefícios sociais não cresceu em proporção do PIB foi entre 2006 e 2010, justamente quando a economia cresceu a taxa média de 4,5% ao ano (maior média entre os quatro mandatos comparados). E nesse período já vigorava a regra de reajuste do salário mínimo, ao qual estão vinculados 60% dos benefícios previdenciários e 99% dos assistenciais, pelo crescimento do próprio PIB de dois anos anteriores.

Esse fato revela o quão dependentes são os indicadores fiscais do desempenho da economia, não só por seu efeito cíclico sobre a arrecadação (a receita tributária tende a crescer mais do que o PIB nas fases de forte aceleração e cair mais do que o PIB nas crises), como também pelo impacto do ritmo de crescimento econômico sobre o denominador que serve para medir o tamanho do gasto.

Sobre o efeito cíclico, estima-se que a arrecadação tributária brasileira cresça ou caia cerca 0,3 pontos porcentuais do PIB para cada 1% a mais ou a menos de crescimento do PIB em relação à sua trajetória tendencial. Isso significa que quando a economia desacelera de 3% para 0% de crescimento anual, como nos últimos dois anos, há uma redução de aproximadamente 1% do PIB em receita.

Por outro lado, o ciclo econômico tende a provocar uma subestimação do tamanho do gasto nos picos de crescimento, como 2010-2011, e uma superestimação nos momentos de estagnação, como 2014, amplificando a percepção sobre o aumento do gasto no mencionado período.

Por isso, para termos uma melhor avaliação sobre a trajetória das despesas, convém avaliarmos seu crescimento não em proporção do PIB convencional, mas em proporção do PIB potencial ou, mais simplificadamente, pela comparação de suas taxas de crescimento nominal e real, como fazemos na Tabela 2.

TABELA 2 - TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DAS DESPESAS POR PERÍODO DE GOVERNO:

	1998-2002	2002-2006	2006-2010	2010-2014
Despesa total				
Taxa Cresc. Nominal	12,1%	14,7%	13,1%	11,4%
Taxa Cresc. Real	3,9%	5,3%	4,9%	4,2%
Pessoal				
Taxa Cresc. Nominal	12,3%	10,4%	12,1%	7,2%
Taxa Cresc. Real	4,1%	1,3%	4,0%	0,3%
Benefícios Sociais				
Taxa Cresc. Nominal	14,3%	18,7%	12,6%	12,5%
Taxa Cresc. Real	5,9%	9,0%	4,4%	5,2%
Custeio e Capital				
Taxa Cresc. Nominal	8,9%	10,4%	16,7%	11,0%
Taxa Cresc. Real	0,9%	1,3%	8,2%	3,9%
Taxa Cresc. PIB	2,3%	3,5%	4,5%	2,1%

No agregado, como se vê, a despesa primária cresce a taxas médias não muito diferentes ao longo dos quatro mandatos presidenciais, tanto em termos nominais quanto reais. A taxa média de crescimento real dos últimos quatro anos (4,2%), por exemplo, é menor do que nos períodos 2002-2006 (5,3%) e 2006-2010 (4,9%) e um pouco maior do que em 1998-2002 (3,9%), notadamente pelo peso das despesas de pessoal, que no governo Dilma I apresentaram a menor taxa de crescimento em 16 anos (apenas 0,3% ao ano), contribuindo para que a taxa agregada fosse mais baixa que nos períodos anteriores.

Quanto aos benefícios sociais, é curioso notar que os períodos de maior expansão foram os governos FHC II e Lula I, quando cresceram a taxas reais médias de 5,9% e 9,0% ao ano, respectivamente. Ou seja, foram durante as contrações fiscais que os gastos com benefícios sociais mais cresceram, contraditoriamente, o que só foi possível pelo aumento da carga tributária e pelo corte de investimentos e custeio (o que inclui fundamentalmente o custeio de programas sociais).

Isso fica claro quando observamos as taxas de crescimento das despesas

de custeio e capital, que permaneceram praticamente estagnadas em termos reais entre 1998 e 2006 em função do ajuste fiscal. Em compensação, entre 2006 e 2014, esse grupo de despesa voltou a crescer a taxas mais elevadas do que o PIB, registrando expansão média anual de 8,2% no governo Lula II e 3,9% no governo Dilma I.

Enquanto no governo Lula II o principal propulsor dessa expansão foram os investimentos diretos em capital fixo, no governo Dilma I foram os subsídios e os gastos com programas de saúde e educação (o chamado capital humano), como detalho no Texto de Discussão n. 2037, do IPEA, intitulado "Ajuste Fiscal no Brasil: os Limites do Possível".

Ou seja, é fundamentalmente na redução ou ampliação das despesas discricionárias de investimento em capital físico e humano (simultaneamente ao aumento/redução da carga tributária) que se processam as contrações fiscais e expansões fiscais. E o principal desafio da política fiscal em tempos de crise é justamente alterar essa lógica, o que não se faz da noite para o dia como nos ajustes fiscais convencionais.

Por outro lado, é importante destacar que a recente expansão fiscal não se deu apenas na esfera federal, mas também na estadual e municipal, como se pode verificar na Tabela 3. Entre 2010 e 2014, a despesa primária dos governos regionais cresceu 1,47 pontos porcentuais do PIB, puxada principalmente pela expansão das despesas de pessoal (1,31 pontos porcentuais do PIB). E este não é um fenômeno novo nem exclusivo de governo do partido A ou B; na realidade, o gasto com a folha de salários das prefeituras e governos estaduais (principalmente nas áreas de saúde e educação) vem crescendo em proporção do PIB desde 2002, de acordo com os dados disponíveis, enquanto o investimento oscila de acordo com o ciclo eleitoral.

TABELA 3 - DESPESA PRIMÁRIA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS (EM % PIB):

Discriminação	2010	2011	2012	2013	2014	2010-2014
Pessoal	8,48%	8,56%	9,07%	9,23%	9,79%	1,31%
Benefícios sociais	0,05%	0,06%	0,07%	0,07%	0,08%	0,03%
Subsídios	0,01%	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%	0,00%
Custeio	4,38%	4,35%	4,46%	4,45%	4,52%	0,15%
Investimentos	1,93%	1,61%	1,69%	1,63%	1,88%	-0,05%
Outras despesas	0,61%	0,61%	0,64%	0,63%	0,65%	0,04%
Total	**15,46%**	**15,20%**	**15,94%**	**16,03%**	**16,93%**	**1,47%**

Ou seja, existem fatores nitidamente estruturais por trás do crescimento das despesas, tanto na esfera federal, quanto subnacional, e que estão, pelo menos parcialmente, relacionados com a ampliação de benefícios e programas sociais (saúde e educação), apesar da percepção disseminada na sociedade de que "pagamos muitos impostos e não recebemos retorno adequado".

O crescimento quase inercial da despesa pública em todas as esferas de governo cria, portanto, um desafio enorme para a política fiscal: como atender simultaneamente a demanda da sociedade por menos impostos e mais serviços públicos de qualidade e, além disso, produzir resultados fiscais compatíveis com a estabilização do endividamento. Parte do problema se resolve com maior crescimento econômico, mas outra parte depende da melhoria da qualidade do gasto público e, talvez, de um novo contrato social, mas de natureza distinta daquele produzido em 1989, reflexo de demandas sociais represadas durante a ditadura militar.

Para esse novo pacto social ser efetivo, é importante que governo, Congresso e sociedade cheguem a um acordo real sobre o financiamento do "Estado de bem-estar social". Não é possível que se continuem aprovando leis que apontam para caminhos contraditórios, umas tentando controlar o gasto e outras ampliando o gasto e a renúncia fiscal, aos sabor dos distintos grupos de interesse. Enfim, é preciso praticamente reinventar a forma de se fazer política no Brasil, integrando a sociedade no debate sobre seu futuro.

CURITIBA RECEBE XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Em 1983 a economia nacional passava por um momento de crise: após uma década de elevados índices de crescimento, o país se viu afetado pelas consequências do segundo choque do petróleo, em 1979, como a escassez do crédito e a elevação das taxas de juros, que geraram mais tarde a crise da dívida externa. Em 1981 o Produto Interno Bruto sofreu uma queda de 4,3%; o crescimento de 0,9% do ano seguinte não foi suficiente para recompor a perda e, além disso, o país pediu socorro ao Fundo Monetário Internacional; em 1983, veio uma nova retração, esta vez de 2,9%. No mesmo ano a inflação também elevou-se consideravelmente, chegando a 211% (contra aproximadamente 100% nos três anos anteriores). A ditadura militar vivia seu declínio e o ano de 1984 foi marcado pela campanha das Diretas Já, da qual o Cofecon participou lançando um manifesto junto com outras entidades representativas de profissionais liberais.

Foi neste contexto que realizou-se em Curitiba a quinta edição do então chamado Congresso Brasileiro de Economistas (CBE). Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Rômulo Almeida, Antonio Barros de Castro e outros importantes nomes da economia nacional reuniram-se na capital paranaense para debater os rumos da economia brasileira.

A coincidência entre o que aconteceu em 1983 e hoje é que também vivenciamos uma situação de crise em termos econômicos, mas, felizmente, não em relação às liberdades políticas

Kanitar Cordeiro

Trinta e dois anos depois, o país novamente vive um momento de crise. As mais recentes edições do boletim Focus, pesquisa de mercado realizada semanalmente pelo Banco Central, projetam uma queda no PIB para 2015. A inflação, embora seja bastante menor do que há três décadas e esteja na casa de um dígito há mais de dez anos, preocupa o governo por encontrar-se acima da meta estabelecida. O FMI agora tem o Brasil como credor, mas a dívida pública federal superou a marca de R$ 2,2 trilhões em 2014. O país já não vive sob uma ditadura, mas o governo vem enfrentando uma crise política causada pelo desgaste na relação com o Congresso Nacional, além de protestos de parte da população. "A coincidência entre o que aconteceu em 1983 e hoje é que também vivenciamos uma situação de crise em termos econômicos, mas, felizmente, não em relação às liberdades políticas", comenta o economista Kanitar Cordeiro, presidente do Corecon-PR em 1983 e organizador daquele CBE.

É neste cenário que o Congresso Brasileiro de Economia, consagrado como o mais importante evento nacional de interesse da categoria profissional, volta à capital paranaense. Economistas, empresários, estudantes, autoridades e demais interessados se reunirão no Teatro Positivo para o evento, cujo tema central é "A apropriação e a distribuição da riqueza nas sociedades: desafios para o Século XXI". De acordo com dados da Organização das Nações Unidas, em 2009 nada menos que 85% da riqueza estava nas mãos de 10% da população.

"Uma das questões que se coloca na sociedade hoje é o acúmulo de riqueza enquanto persiste em existir uma enorme pobreza, um quadro de miséria muito grande. Este assunto, sem nenhuma dúvida, é de grande interesse para toda a sociedade", afirma o presidente do Conselho Regional de Economia do Paraná (Corecon-PR), Sérgio Hardy.

Desde Adam Smith, passando por Marx, até os debates sobre *o Capital do Século XXI*, os economistas estudam e buscam compreender a natureza do sistema econômico capitalista: como funciona, o que determina o volume de produção, qual a origem do seu crescimento e o que determina a distribuição da riqueza e da renda. No CBE, a questão será analisada dentro de várias correntes de pensamento econômico e por diferentes instituições, como a Fundação Celso Furtado, o Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a Sociedade keynesiana Brasileira, a Sociedade Brasileira de Economia Política e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Entre os palestrantes já confirmados encontram-se José Luis Oreiro, Lídia Goldenstein, João Ildebrando Bocchi, Ruy Afonso de Santacruz Lima, Gesner de Oliveira, Roberto Macedo, Ladislau Dowbor e Otaviano Canuto.

A programação terá início muito antes da solenidade de abertura. Na tarde de 09 de setembro será exibido o filme *O Longo Amanhecer*, cinebiografia de Celso Furtado. Figura pública de destaque, atuou na década de 1950 na recém-criada CEPAL e no BNDE (atual BNDES), foi criador da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Ministro do Planejamento no governo de João Goulart e Ministro da Cultura no governo de José Sarney. Sua obra mais consagrada foi o livro *Formação Econômica do Brasil*. A exibição do filme "O Sal da Terra", sobre a obra do economista e fotógrafo Sebastião Salgado, na manhã do mesmo dia, está ainda pendente de confirmação.

Entre os workshops e cursos que serão realizados durante o evento, encontram-se os seguintes temas: avaliação de empresas; perícia e assistência técnica econômico-financeira; o economista e o agronegócio; diagnóstico empresarial; elaboração de projetos; economia solidária; análise de projetos; criatividade e economia criativa – de grande sucesso no CBE de 2013, realizado em Manaus; e o novo código de processo civil.

PBE E GINCANA

Ainda durante o evento serão premiados pelo Cofecon os vencedores da 21ª edição do Prêmio Brasil de Economia (PBE). O concurso contempla as seguintes categorias: Monografia de Graduação, Dissertação de Mestrado, Tese de Doutorado, Artigo Técnico/Científico e Livro de Economia. Ao todo serão distribuídos R$ 48 mil em premiação.

Paralelamente ao Congresso será realizada a V Gincana Nacional de Economia. Estudantes de diferentes estados e instituições de ensino, selecionados nas etapas regionais, medirão seus conhecimentos em um jogo de duplas que competem entre si, respondendo perguntas sobre elementos de política econômica, macroeconomia, mercado financeiro - com ênfase na questão cambial -, entre outros temas. A dupla vencedora ganhará R$ 3.600 (R$ 1.800 para cada integrante), a segunda colocada R$ 2.400 (R$ 1.200 para cada integrante) e a terceira colocada R$ 1.200 (R$ 600 para cada integrante).

As inscrições para o Congresso podem ser feitas pelo sítio www.cbe2015.org.br e o custo pode ser visto no quadro abaixo:

Modalidade	De 01/maio a 31/julho À vista ou parcelado em três vezes.	De 01/agosto ao evento À vista
Estudantes com registro	R$ 192,00	R$ 230,00
Outros Estudantes	R$ 240,00	R$ 288,00
Profissionais associados	R$ 384,00	R$ 460,00
Outros Profissionais	R$ 480,00	R$ 576,00

O CONGRESSO DE 1983

O 5º Congresso Brasileiro de Economistas foi realizado em Curitiba de 15 a 18 de novembro de 1983. Era um momento delicado para a economia brasileira, que convivia com recessão e hiperinflação. O presidente do Corecon-PR à época era o economista Kanitar Aymoré Saboia Cordeiro e coube a ele liderar os preparativos para o evento. "Foi um êxito completo, que muito orgulha os economistas do Paraná, e que certamente foi o maior Congresso realizado no Brasil pelos economistas", afirma Kanitar. "O CBE reuniu cerca de duas mil pessoas nas instalações do Teatro Guaíra, em Curitiba, e as grandes palestras foram realizadas ali. Todos os estados brasileiros estavam presentes, havia também gente do exterior e um grande número de estudantes".

O economista relatou que a ausência de recursos por parte do Cofecon obrigou o Regional a buscar fontes alternativas. "Tivemos apoio do governo do estado, o então governador José Richa abriu o Congresso e permaneceu no evento durante dois dias. Buscamos outras alternativas, para captar recursos. Economistas do Conselho constituíram uma pessoa jurídica com finalidade específica, conseguimos patrocínios com hotéis, restaurantes e outros estabelecimentos – além, é claro, de receber as taxas de inscrição para o CBE.

Kanitar falou sobre o momento político da época, destacando que o maior anseio da população era o fim da ditadura militar. "Um dos primeiros movimentos de mudanças começou em Curitiba, a nível das Diretas Já; esta, inclusive, foi uma das decisões do Congresso que, por unanimidade, cobrou esta necessidade".

O livro *Sessenta Anos de História da Regulamentação da Profissão de Economista* traz um relato do que foi o Congresso, inclusive com palavras de alguns dos palestrantes. A conferência magna foi de Celso Furtado. "Devemos reconhecer, sem rodeios, que a situação a que foi conduzida a economia brasileira compromete profundamente o seu futuro, não somente porque os desequilíbrios estruturais se aprofundaram, o que pesará negativamente por muito tempo, mas principalmente porque nossa sociedade está perigosamente se afastando do modelo de homogeneidade social e dos padrões de convivência que foram os ideais de minha geração", afirmou Furtado. "Se o Brasil chegar ao fim do século com uma sociedade marcada pela condição de miséria da maioria de sua população (...) a responsabilidade principal caberá aos homens de minha geração. Não que o nosso atraso se tenha gerado nesse período, mas porque foi nele que se perdeu a oportunidade de retificar os rumos de certos processos sociais e que se interrompeu, conscientemente, o esforço de construção de um sistema econômico fundado na expansão do mercado interno".

Outro palestrante ilustre foi o baiano Rômulo Almeida, que atuou em diversos cargos nos governos estadual e federal, sendo inclusive secretário estadual, deputado federal e integrante do gabinete civil do governo Getúlio Vargas. Também presidiu o Banco do Nordeste. "O Brasil seria, hoje, a oitava potência industrial do mundo capitalista. Ora, isso realmente pareceria a própria glória, entretanto aqui já foram indicados alguns números que contrastam com essa indicação de grandeza nacional, de duvidosa grandeza nacional", apontou Almeida. "Nós temos 50% de nossa população no nível da pobreza, talvez quase de pobreza absoluta, porque da pobreza relativa essa porcentagem será um pouco mais elevada. No Nordeste, não são apenas quarenta e tanto por cento que estão no nível do salário mínimo; são nada menos que 65% sendo que ao nível de até dois salários mínimos, essa porcentagem não fica aquém de 85%".

Um dos grandes nomes de oposição ao governo militar era o da economista Maria da Conceição Tavares – que quase 30 anos depois, em

2010, foi premiada pelo Cofecon como Personalidade Econômica do Ano. Conceição fez uma dura crítica ao momento econômico vivido pelo país. "No começo do ano, eles tinham a obrigação de saber que íamos ter uma crise alimentar séria, uma vez que os dados oficiais sobre a área plantada de alimentos tinham demonstrado uma queda de 15%. Pois bem, eles fizeram uma máxi, retiraram os subsídios, venderam os estoques de milho e grãos para criar um superávit na balança comercial e pagar 5 bilhões de cruzeiros de juros aos credores. Para nada. Fomos de inadimplência em inadimplência", criticou a economista. "A terceira tentativa é a da sobrevivência democrática. Tem-se de parar de aceitar as regras do Fundo Monetário, porque elas são absolutamente inviáveis; não se trata de um programa conservador, trata-se de um programa inviável. Quando o nosso governador do Paraná disse há pouco que devíamos lutar para que não se tenha, no futuro, um modelo que dure trinta anos de desenvolvimento conservador, regressivo, eu também acho. Mas eu sou mais realista. Eu queria lutar nos próximos cinco anos, inclusive com os conservadores, para poder defender o mínimo de soberania e de sobrevivência deste povo. (...) Queria lutar até a morte, este ano que vem, para defender o mínimo desses materiais que já construímos com o sacrifício do povo, dessa indústria que está aí, embora errada, dessa agricultura que está aqui, dos nossos sindicatos, da nossa justiça, e que houvesse uma consciência coletiva mínima para um programa de emergência e de salvação, para impedir a morte pela fome, pelo desespero de milhões de brasileiros".

O economista Antônio Barros de Castro, que mais tarde viria a ser presidente do BNDES, afirmou que o país já havia construído sua estrutura industrial, mas que o povo não havia participado dos benefícios deste processo. "Eu creio que o Brasil já constituiu o aparelho econômico básico, já constituiu uma grande estrutura industrial; o povo ficou marginalizado, construiu, mas não recebeu as benesses; construiu, mas não participou; foi adiada a participação deles e essa participação pode ser adiada eternamente. Porém, é claro que isso eu digo pensando em democracia, pensando em negociação, pensando em pacto, não pensando em violência, explosão (...) Não esqueçamos, num horizonte não muito distante, este País precisa, finalmente, enfrentar as injustiças, fazer as reformas que estão para serem feitas há séculos e que foram sempre adiadas; e que eu não vejo por que não voltarmos a cobrá-las com intensidade muito crescente para que um dia se façam democraticamente."

Trinta e dois anos depois do V Congresso Brasileiro de Economistas, as discussões sobre a riqueza permanecem atuais.

ENTREVISTA: SÉRGIO HARDY

O economista **Sérgio Guimarães Hardy** é **presidente** do **Corecon-PR** e faz parte dos **comitês Executivo e de Divulgação e Recepção do XXI Congresso Brasileiro de Economia**. Atua como perito e possui a experiência de ter coordenado dois Encontros Brasileiros de Auditoria, Avaliação e Perícia Econômico-Financeira. Hardy é um dos responsáveis pela organização do XXI Congresso Brasileiro de Economia e falou à revista Economistas sobre o desafio de conduzir os preparativos para o evento.

ECONOMISTAS

Por que o debate sobre a riqueza foi escolhido como tema central do XXI Congresso Brasileiro de Economia?

HARDY

Uma das questões que se coloca na sociedade hoje é o acúmulo de riqueza enquanto persiste em existir uma enorme pobreza, um quadro de miséria muito grande. Este assunto, sem nenhuma dúvida, é de grande interesse para toda a sociedade. O caminho da obtenção de mais justiça social passa necessariamente pela economia. Como distribuir? De que maneira? Como evitar o acúmulo excessivo de riqueza em detrimento de outros que tanto necessitam?

ECONOMISTAS

O senhor teve a experiência de ter organizado eventos como o I Encontro Brasileiro de Perícia Econômico-Financeira, mas o porte do CBE é muito maior. Quais são as principais dificuldades de organizar este evento?

HARDY

Eu realizei também o III Encontro de Perícia e no meu mandato passado à frente do Corecon-PR aconteceu o Encontro de Economistas na Região Sul, que é realizado todos os anos e cuja sede é alternada em sistema de rodízio entre os Conselhos da região. Entre as dificuldades que surgem, inicialmente é fundamental formar uma equipe e definir as atribuições de cada um, para que todas as funções estejam cobertas e não haja sobreposição de trabalho; em seguida estão aqueles aspectos relacionados à logística: o espaço do encontro, a parte física, transporte e hospedagem, tudo isso exige uma discussão bastante boa e bem fundamentada. Em seguida vem a definição do tema do encontro: tem que ser algo que atraia o interesse de muitas pessoas, não apenas do mundo acadêmico. Depois disso vêm dois itens, que são a escolha dos palestrantes e, não menos importante, a organização econômica e financeira do evento.

ECONOMISTAS

Que momento o senhor espera que seja o ponto alto do evento?

HARDY

Penso que o dia de abertura do CBE é o grande momento do Congresso. Estamos programando dois filmes, um deles já está confirmado que é o do Celso Furtado, o outro é do Sebastião Salgado, que é economista e fotógrafo. Há uma homenagem muito importante ao professor João Paulo de Almeida Magalhães e, por fim, a palestra magna. Nos outros dias há uma programação mais corriqueira com uma série de palestras, debates, workshops, eu prefiro não dar destaque a nenhum deles porque seria injusto e não sei qual vai despertar mais o público, mas dentro do tema principal, que é a acumulação da riqueza, haverá diversas correntes econômicas debatendo. E sem falar dos cursos profissionalizantes, que são muito importantes.

ECONOMISTAS

Qual o público esperado para o CBE?

HARDY

A estimativa que temos é de algo em torno de 1.500 pessoas, um número próximo ao que houve no CBE realizado em Manaus (em 2013).

ECONOMISTAS

Por que vale a pena que o economista, o estudante e os demais interessados se desloquem até Curitiba em setembro?

HARDY

Em primeiro lugar, por causa do aprofundamento do conhecimento da ciência econômica. Para o estudante, há a possibilidade de realizar cursos profissionalizantes. E, em segundo lugar, Curitiba é uma cidade que vale a pena conhecer. Por obra e graça de bons governantes, tornou-se uma cidade turística. Não conheço uma cidade que tenha tanta área verde preservada como Curitiba. É uma cidade com boa gastronomia, bom trânsito, transporte urbano de qualidade e uma cultura forte, não só do ponto de vista do estudo, mas também de outras atividades, agora mesmo está havendo um festival de teatro. Nós teremos uma estrutura de apoio às pessoas que vierem, fornecida pela equipe da prefeitura municipal. Haverá uma tenda da Secretaria de Turismo, teremos um serviço de transporte dos hotéis até o local do evento e contamos com apoio das empresas de turismo e da Prefeitura Municipal.

ESTÁ CHEGANDO A HORA!

XXI

XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA - CBE

CURITIBA - PARANÁ - 09 A 11 DE SETEMBRO DE 2015

"A apropriação e a distribuição da riqueza - desafios para o século XXI"

PALESTRAS . CURSOS . WORKSHOPS

ATRAÇÕES CULTURAIS . TRABALHOS CIENTÍFICOS

Informações e inscrições no site www.cbe2015.org.br

A CIDADE DE CURITIBA

Além de participar do XXI Congresso Brasileiro de Economia e debater a Ciência Econômica no principal evento dos economistas brasileiros, há uma série de outras razões para visitar a capital paranaense. Localizada 934 metros acima do nível do mar, Curitiba foi fundada em 1693, a partir de um pequeno povoado fundado por colonizadores portugueses, e tornou-se uma importante parada comercial com a abertura da estrada tropeira entre Sorocaba e Viamão. Mais recentemente tornou-se um importante polo industrial e tem hoje o quarto maior Produto Interno Bruto entre as capitais do país.

Localizada em um domínio de Mata Atlântica, a cidade tem uma grande quantidade de área verde, atingindo a marca de 64,5m² por habitante. Ao todo são 18 parques e 15 bosques, com destaque para o Jardim Botânico, os parques Barigui e Tanguá e o Bosque do Papa. Muitas destas áreas verdes homenageiam imigrantes cujos descendentes vivem em Curitiba, como alemães, poloneses, portugueses, árabes, japoneses, ucranianos e italianos.

A cidade também se destaca por diversos planos urbanísticos e legislações visando conter o crescimento desordenado e que a levaram a ficar famosa internacionalmente pelas suas inovações urbanísticas e o cuidado com o meio ambiente, o que levou Curitiba a ser conhecida como "cidade modelo". A maior destas inovações foi no transporte público, cujo sistema inspirou o TransMilenio, sistema de transporte de Bogotá, na Colômbia.

Um dos principais cartões postais da cidade é a Ópera de Arame. Com estrutura tubular e teto transparente, foi inaugurada em 1992 e acolhe todo tipo de espetáculo, do popular ao clássico, e tem capacidade para 1.572 espectadores.

Uma das formas de conhecer Curitiba é nos ônibus da Linha Turismo, que circula pelos principais pontos turísticos da cidade, entre eles, parques, museus, teatros, mirantes, espaços culturais, centro histórico, bairro gastronômico, memoriais étnicos e o recém-reformado Mercado Municipal. Com a aquisição da cartela com 5 tíquetes, é permitido desembarcar em 4 dos 25 atrativos turísticos de sua preferência. O visitante poderá assim contemplar e desfrutar do local que escolher pelo tempo que quiser, reembarcando nos próximos ônibus que tem a cada 30 minutos. O serviço opera regularmente de terça a domingo, a partir das 09:00 às 17:30, com saída inicial na Praça Tiradentes, no centro da cidade.

GLÓRIA INCERTA

Jean Drèze e Amartya Sem
Companhia das Letras, 438 páginas
Isbn: 9788535935227

POR LUIZ ALBERTO MACHADO, ECONOMISTA, VICE-DIRETOR DA FACULDADE DE ECONOMIA DA FAAP E CONSELHEIRO DO COFECON.

Há algumas décadas o bom desempenho econômico da Ásia tem chamado a atenção do mundo, a começar pelo Japão, que conseguiu, com incrível rapidez, superar as enormes dificuldades ocasionadas pela derrota na Segunda Guerra Mundial e se transformar numa das maiores potências econômicas do planeta na década de 1970.

Em seguida, houve grande repercussão do acelerado crescimento de algumas economias do sudeste asiático, que se tornaram conhecidos pelo nome de Tigres Asiáticos: Coreia do Sul, Cingapura, Hong Kong e Taiwan.

Com o excepcional crescimento econômico posterior às reformas introduzidas por Deng Xiaoping em 1979, suficiente para transformá-la na segunda maior economia do mundo e maior parceira comercial do Brasil, é natural que as atenções tenham se voltado para a China, que se tornou "a bola da vez".

Isso fez com que o desempenho econômico de outro grande país, tanto em extensão territorial como em população, tenha passado quase despercebido, a Índia.

Glória Incerta, recém-lançado em português pela Companhia das Letras preenche essa lacuna, oferecendo uma extraordinária visão do desempenho econômico da Índia que tem se caracterizado, após a independência conquistada em 1947, pelo contraste representado por elevadas taxas de crescimento econômico e a manutenção de flagrantes desigualdades sociais, que mantêm o país entre os que possuem maior contingente de pessoas vivendo em condições de pobreza.

Jean Drèze, ex-professor da London School of Economics and Political Sciences, que vive na Índia desde 1979, tornando-se cidadão do país em 2002, e Amatya Sen, nascido na atual Bangladesh e tendo se transferido com a família para a Índia depois da independência e ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1998, são os autores do livro, o que, por si só, é uma garantia de qualidade apurada de pesquisa e de análise dos dados coletados.

Vários aspectos do livro merecem destaque. Diante da limitação de espaço, limitar-me-ei a realçar três deles.

O primeiro diz respeito à evolução do crescimento econômico posterior à independência da Inglaterra, que apresentou ritmos diferentes (tabela 1), acelerando-se nas duas últimas décadas, quando foi em diversos anos o segundo maior do mundo, perdendo apenas para o da China.

TABELA 1 - TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB DA ÍNDIA A PREÇOS CONSTANTES (% POR ANO)

	PIB	PIB per capita
Período colonial		
1900-1 a 1946-7	0,9	0,1
Período inicial pós-independência		
1950-1 a 1960-1	3,7	1,8
1960-1 a 1970-1	3,4	1,2
1970-1 a 1980-1	3,4	1,2
Décadas recentes		
1980-1 a 1990-1	5,2	3,0
1990-1 a 2000-1	5,9	4,0
2000-1 a 2010-1	7,6	6,0

Fonte: Sivasubramonian e Governo da Índia.

A respeito desse primeiro aspecto, afirmam Drèze e Sen: "A robustez do elevado crescimento na Índia está, sem dúvida, relacionada às reformas econômicas da década de 1990, que construíram uma base sólida para sua continuidade. Após oscilar entre 5% e 6%, a taxa de crescimento deslocou-se para um patamar superior a 7% e depois subiu mais, chegando a ultrapassar os 9% durante vários anos (entre 2005 e 2008)".

O segundo aspecto que gostaria de enfatizar refere-se à distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento, que os autores fazem questão de destacar. Embora tal distinção venha sendo ressaltada pelos teóricos principalmente a partir da segunda metade do século passado, na prática o que se observa é que muita gente continua, inadvertidamente, confundindo os dois processos, o que, em termos de condução da política econômica de qualquer país, pode se constituir num problema extremamente sério. De forma resumida, a diferença entre os dois processos pode ser apresentada como:

Crescimento econômico → aspecto quantitativo

Desenvolvimento → aspecto quantitativo + aspecto qualitativo

O desenvolvimento, assim, constitui-se num crescimento harmonioso e estrutural, ao passo que o crescimento não implica em equilíbrio das estruturas.

Essa preocupação em distinguir – sem deixar de reconhecer a relação - crescimento econômico e desenvolvimento não surpreende quem conhece a fantástica contribuição de Amartya Sen para este campo da teoria econômica. Afinal, ele foi um dos idealizadores do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que possibilita uma apuração mais abrangente do desenvolvimento em comparação aos indicadores antes utilizados e, mais tarde, apresentou outra visão inovadora com a publicação de *Desenvolvimento como liberdade*, quando mostra que a ampliação das liberdades é fator indispensável para o verdadeiro desenvolvimento.

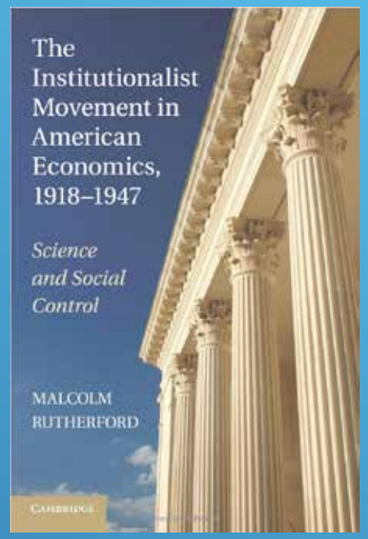
O terceiro aspecto que quero mencionar está diretamente ligado aos contrastes que fazem parte da história da Índia e que justificam o subtítulo do livro: *A Índia e suas contradições*. Neste particular, há várias partes interessantes no livro, entre as quais duas me parecem de maior relevância. A primeira é a solidez do regime democrático e de muitas de suas instituições desde a conquista da independência e sua coexistência com uma rígida estratificação social baseada em castas, que tem em sua base um numeroso contingente de dalits, permanentemente expostos a violências e atrocidades, oprimidos tanto do ponto de vista econômico quanto social, sem receber muita atenção da mídia nem causar indignação na opinião pública. A segunda se refere à existência simultânea de elevadas taxas de crescimento econômico com alarmantes indicadores sociais, a ponto de a Índia ainda ter uma proporção maior de crianças desnutridas do que qualquer outro país do mundo, mesmo depois de trinta anos de crescimento acelerado.

Ao longo de todo o livro aparecem comparações da Índia com outros países, com destaque para um subcapítulo que focaliza os BRICs em particular, e no capítulo final há um interessante relato da preocupação crescente decorrente da perda de vigor do crescimento econômico, que depois de atingir seu pico de 9% ao ano, registrado não tanto tempo atrás, recuou para cerca de 6% em 2013 e pouco mais de 5% em 2014. Com as carências e contrastes que possui, e com tamanho contingente de população vivendo ainda em condições tão precárias, a Índia tem absoluta necessidade de voltar a elevar sua taxa de crescimento, ainda que, para muitos outros países a metade do crescimento indiano já fosse motivo de euforia e intensas comemorações.

Novos
Livros

THE INSTITUTIONALIST MOVEMENT IN AMERICAN ECONOMICS, 1918-1947

SCIENCE AND SOCIAL CONTROL



Malcolm Rutherford
Cambridge University Press, 2013
ISBN 978-1-107-62608-9

POR VERA MARTINS DA SILVA, ECONOMISTA E DOUTORA EM ECONOMIA PELO IPE-USP.

Este livro é uma obra de referência para os estudiosos sobre o movimento institucionalista que predominou na academia norte-americana, especialmente no período entre as guerras mundiais do século XX e avançando um pouco mais, quando as ideias keynesianas passaram a ter uma predominância no âmbito teórico e de política econômica.

O livro se divide em cinco partes. Na primeira, o autor trata do Institucionalismo americano na História do Pensamento Econômico, destacando os nomes associados à origem desse movimento como Walton Hamilton, Wesley Mitchell e J. C. Clark, sem esquecer a vinculação desse grupo ao pensamento de Thorstein Veblen, a quem é atribuído o termo "economia institucional" – isso teria ocorrido numa conversa entre Veblen e Max S. Handman (Rutherford, 2013, p.15). Efetivamente, a certidão de nascimento do institucionalismo econômico apareceu em 1918 no documento apresentado por Hamilton em conferência da American Economic Association "The Institutional Approach to Economic Theory". O livro de Rutherford traz também muitas referências às escolas por onde essas ideias circularam, destacando-se Chicago, Amherst, Wisconsin e Columbia. O autor mostra como o institucionalismo era importante na primeira metade do século XX nessas escolas, associando vários nomes e períodos em que estiveram ativos.

Destacando o texto citado de Hamilton, os aspectos que caracterizariam o institucionalismo econômico eram:

1- unificação teórica a partir do conceito de instituições como parte orgânica da teoria econômica, em contraposição aos arcabouços teóricos fragmentados da teoria neoclássica. Interessante notar que apesar dessa crítica ser dirigida ao arcabouço neoclássico, acabou sendo sistematicamente utilizada por seus críticos neoclássicos contra o próprio institucionalismo;

2- a relevância dessa análise para o problema moderno do controle social, destacando-se a necessidade de novos métodos de controle em função das falhas da livre iniciativa. Além das ideias econômicas originárias do pensamento de Veblen, há que se destacar o impacto do pragmatismo instrumental de John Dewey, colocando instituições no centro da predição e controle de situações problemáticas. Hamilton enfatiza que as instituições econômicas são socialmente construídas e reconstruídas, e não um arranjo natural. De modo geral, os institucionalistas da primeira metade do século XX eram críticos ao historicismo germânico por sua ênfase no aspecto descritivo da análise econômica, com baixo conteúdo teórico. Também neste caso, o tempo passou e posteriormente, esta crítica à escola histórica germânica acabou sendo muito utilizada contra os próprios institucionalistas.

3- Ênfase nos processos, em contraste com a análise padrão de estados de equilíbrio. O sistema institucional estaria sempre mudando, apesar de o grupo institucionalista em questão não aprofundar sobre como ocorreriam tais mudanças institucionais;

4- A teoria deveria ser baseada em uma teoria aceitável do comportamento humano. Aqui se percebe uma rejeição ao hedonismo e racionalismo e um apelo à tomada de decisões baseada em instinto ou hábito, sob influência de estudiosos de psicologia social da época como W. McDougall e do enfoque comportamental (*behaviorist*) de J. B. Watson.

Na segunda parte do livro, o autor apresenta algumas carreiras de sucesso entre os institucionalistas, com destaque para Walton Hamilton e o controle público dos negócios e Morris Copeland, com destaque dos estudos empíricos, especialmente em fluxos de renda em macroeconomia e uma visão diferenciada sobre as instituições como base da coordenação do sistema econômico. Copeland ressalta o papel teórico da base legal, da propriedade, dos contratos, das associações e da moeda. No caso desta última, mais do que o aspecto institucional da moeda em si como um mecanismo de regulador do sistema, todas as instituições teriam um aspecto pecuniário em si, dando então uma característica diferenciada à moeda no sistema econômico. Este autor deu a maior importância ao sistema financeiro na questão das flutuações cíclicas e um maior peso à demanda em relação à oferta nas oscilações do produto.

O autor apresenta carreiras de sucesso entre os institucionalistas, com destaque para Walton Hamilton e o controle público dos negócios, e Morris Copeland e os estudos empíricos.

Na terceira parte do livro, o autor fala sobre os principais centros que abrigaram o movimento institucionalista, destacando os principais pensadores, suas obras e as relações intelectuais entre eles. Então, trata de centros importantes como Chicago, Amherst, The Brooking School, Wisconsin, Columbia, NBER (National Bureau of Economic Research) e as fundações patrocinadoras de pesquisa como a Rockefeller, Carnegie Corporation e Fundação Ford. Há uma análise sobre vários autores, seus temas e influências recíprocas, mas aqui vou destacar apenas alguns deles. Por exemplo, H. McCracken, que estudou e classificou teorias sobre ciclos econômicos e teria sido o primeiro a exprimir a famosa Lei de Say em termos de "a oferta cria sua própria demanda" e J. Commons com seus estudos sobre estabilização de preços, regulação do mercado de trabalho e dos negócios. Não há como não mencionar W. Mitchell, com uma extensa produção acadêmica, incluindo temas como ciclos econômicos, metodologia da ciência econômica, valor, preços, estatísticas e governo e J. Clark com sua visão crítica de aspectos da metodologia econômica, efeitos cumulativos sobre a demanda agregada, sobre o conceito de competição e o controle social dos negócios, entre outros temas.

Na quarta parte do livro, o autor fala sobre a chegada aos Estados Unidos e proeminência da teoria keynesiana e como o movimento institucionalista perdeu espaço nos grandes centros acadêmicos e de pesquisa americanos, mostrando, contudo, que apesar de perder tamanho na intelectualidade, ainda assim continuou a disseminar ideias críticas sobre os novos pensamentos dominantes e a gerar discípulos importantes e reconhecidos mundialmente, como J.K. Galbraith. Rutherford destaca também A. Hansen como o principal pensador a aderir e difundir as ideias keynesianas nos Estados Unidos. Hansen esteve também vinculado ao movimento institucionalista, dominante na época, pois completou sua tese de doutorado em Wisconsin em 1918 sob a

supervisão de J. R. Commons, cujo título era “Ciclos de Prosperidade e Depressão, 1902-1908”, em que mostrava preocupação com desemprego, compensação ao desemprego e seguro social. Esses problemas se tornaram altamente complexos e delicados durante a Grande Depressão, que, segundo as estimativas de M. Ezekiel, havia gerado 12 milhões de desempregados no setor industrial, quando anteriormente à crise, havia cerca de 40 milhões empregados nesse setor. A resposta dos institucionalistas ao desastre econômico de então foi o uso de um vigoroso programa de obras públicas, que de fato, foram implementadas pelo presidente Roosevelt, que também se apoiou nos institucionalistas da época para a elaboração de programas para mitigar o desemprego. Nessa época, havia um grupo conhecido como o “do enfoque de planejamento estrutural”, formado por R. Tugwell, M. Ezekiel e G. Means, que pensavam conjuntamente um plano de recuperação através de intervenção governamental, para ampliar o poder de compra da população e de alocação de investimentos.

Também são lembradas as contribuições de F. C. Mills e G. Means sobre aumentos de produtividade na indústria americana combinados com aumentos na inflexibilidade de seus preços, o que estava no cerne da dificuldade de ajuste relativamente rápido às oscilações da economia. A questão dos “preços administrados” ou rigidez de preços industriais passou a ser tema recorrente na obra de Means e de Galbraith. O debate envolvendo a evolução tecnológica, o não repasse dos ganhos de produtividade pelas corporações, a rigidez de preços industriais e a superacumulação de poupanças nas empresas ampliou-se, dando origem a análises subconsumistas sobre as crises econômicas, assim como ao pensamento cepalino sobre o subdesenvolvimento latino-americano.

A resposta dos institucionalistas ao desastre econômico foi o uso de um vigoroso programa de obras públicas, que de fato, foram implementadas pelo presidente Roosevelt.

No que tange à adoção de medidas anticíclicas por parte do governo, J. Clark era francamente favorável ao uso de programas de obras públicas para a recuperação econômica, mas destacava que o seu impacto dependeria de como as despesas públicas seriam financiadas e seu impacto sobre a formação de capital no setor privado, alertando contra um déficit orçamentário sem limites. Segundo Clark, o combate à estagnação com o uso persistente de déficit público financiado por dívida pública, afastaria o investimento privado por falta de confiança sobre a capacidade de o governo honrar seus compromissos ou pelo temor da inflação. Além disso, Clark criticou o dogmatismo dos keynesianos, para os quais sempre haveria um motivo para atuação governamental quando a economia estivesse aquém de alguma coisa chamada de “pleno emprego”, o que seria atingido por um uso sem limites de déficit orçamentário e que, além disso, não haveria impacto relevante sobre preços e salários, o que era contra as evidências por ele examinadas.

Finalmente, Rutherford destaca que sua abordagem do institucionalismo dá ênfase ao movimento entre as guerras mundiais, sua visão de ciência e de controle social, e não coloca o darwinismo de Veblen no centro da história dessa Escola de Pensamento, ao contrário do que faz G. Hodgson (2004) em “The Evolution of Institutional Economics” . Por outro lado, ele avisa a seu leitor que há ainda muito mais a ser explorado, notadamente a emergência do Novo Institucionalismo Econômico, este abordado em outras obras suas. De todo o modo, trata-se de uma leitura excelente, mas apenas disponível em inglês.

Como comentário final, é interessante notar que no Brasil atual há uma nítida separação entre aqueles que são identificados com o institucionalismo, novo ou velho, apontando para a necessidade de reformas institucionais permanentes e que valorizam o maior controle das contas públicas e aqueles que são mais identificados com os keynesianos, com ênfase na política anticíclica que tem uma visão otimista em relação aos déficits orçamentários. O debate, ontem e hoje, aqui e lá, continua e, pelo visto, continuará por um bom tempo.

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

www.cofecon.org.br
Setor Comercial Sul, Quadra 02,
Bloco B, sala 501
Edifício Palácio do Comércio
CEP: 70318-900 Brasília/DF
Tel:(61) 3208-1800
Fax:(61) 3208-1814

5ª GINCANA NACIONAL DE ECONOMIA

2015

ALUNO DE ECONOMIA,
INSCREVA-SE, PARTICIPE E
TESTE SEUS CONHECIMENTOS

INSCRIÇÕES ATÉ
21 DE AGOSTO

10 E 11
DE SETEMBRO
CURITIBA-PR

VOCÊ, **ALUNO DE ECONOMIA** E **VENCEDOR DA GINCANA REGIONAL**, TERÁ NOVAMENTE A SUA CHANCE DE PROVAR QUE ESTÁ ENTRE OS MAIS BEM PREPARADOS DO BRASIL. E DESSA VEZ, PODERÁ ATÉ PROVAR QUE É O MELHOR ENTRE OS MELHORES.

PARA MAIS INFORMAÇÕES, ACESSE:
COFECON.ORG.BR/GINCANA

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA